



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0135R/16	DATA: 08/03/2016	
LOCAL: Unidade da Federação - RS	INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 17h	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.  
NELSON HENRIQUE ROGALSKI - Professor e agricultor.  
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
MAURICIO SOLIGO - Vice-Prefeito do Município de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul.  
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado da Polícia Federal.  
ROBERTO ROTTA - Agrônomo e agricultor.  
HÉLIO POLAN - Agricultor.  
MARINES ROSA RONSONI - Comerciante.  
OLÍMPIO OTALOCOSKI - Agricultor.

SUMÁRIO

Oitiva do Sr. Nelson Henrique Rogalski a respeito da atuação da FUNAI e do INCRA na demarcação das terras indígenas em Mato Preto, no Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Grafia não confirmada: Peruslo.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Gravação de baixa qualidade.  
Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós vamos começar com uma visão um tanto mais geral. Por isso, solicitei que a primeira pessoa ouvida fosse o Prof. Nelson Rogalski.

Eu queria que o senhor nos contasse como é que se deu, desde o início, esse problema, como chegou ao conhecimento de vocês e como aconteceu, enfim, todo esse procedimento da vinda dos indígenas para ali.

À medida que o senhor for nos contando, nós vamos conversando. Se, no meio da conversa com o professor, alguém souber de alguma coisa, pode pedir a palavra. Cada um que for falar tem que dizer o seu nome, porque nós não estamos filmando, estamos só gravando. Então, a pessoa diz o seu nome e pode falar. Nós vamos complementando, para que a quantidade de informações seja a mais rica possível.

Pode começar, professor.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Essa questão do Mato Preto foi uma questão em que, por exemplo, houve a retomada da área indígena dos kaingangs lá do Ventarra. Os índios retomaram e ficou com eles. Depois, surgiu um boato de que os índios guaranis queriam uma área de terra localizada próxima a essa reserva do Ventarra. Eu me criei aqui e o meu pai também se criou nesta região. A gente conhecia a região e a gente nunca ouviu falar que tivesse uma reserva guarani nessa região. E no dia dos boatos que circulavam...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Professor, deixe-me só fazer uma pergunta: que idade o senhor tem?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eu tenho 62 anos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor nasceu e se criou na região?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Na região.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O seu pai ainda é vivo?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, ele faleceu, mas teria hoje... Ele é de 1920. Teria 96 anos.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele chegou a comentar com o senhor a respeito de ter havido uma reserva guarani na região? Sobre esse assunto, ele chegou a comentar com o senhor?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, sobre reserva indígena não. Mas, na margem da estrada de ferro, na ferrovia, na nossa região, tinha três polígonos. Tinha os polígonos A, B e C. Esses polígonos constavam como floresta protetora da Rede Ferroviária Federal. Ali o pessoal extraía madeira, colocava madeira na beira dos trilhos, vendia para as máquinas na época. Esses polígonos não eram loteados no início. A princípio, eles não foram loteados. Então, tinha caboclos morando ali, tinha outras pessoas morando. Parece que, num determinado momento, até os índios ficaram acampados por um período curto ali, mas nunca se consumou como reserva indígena. Eu procurei isso na Comissão de Terras. Aqui tinha um tal Belmiro Pomarinski, que trabalhava ali, que me disse: *“Eu não tenho tempo. Vai lá, professor! Dá uma olhadinha nos mapas lá”*. Eu fui lá e encontrei. Tinha uma areazinha lá, que era o polígono B, que foi indicada para ser reserva guarani, mas nunca se consumou como reserva. Isso aí está no laudo que foi feito pelo...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor lembra quando é que houve essa indicação para que ali fosse uma reserva?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - A data eu não lembro bem qual era, mas parece que era em torno de 1929.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa área do polígono B foi indicada porque eles pretendiam fazer uma reserva. É isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Fazer uma reserva. É.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe que área tem esse polígono?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Tem 223 hectares.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor apurou se chegou a haver essa formação de reserva ali ou não?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, eu até tenho um documento aqui que prova que todas as terras dos agricultores que já tinham colonizado essa área... Eu tenho a minha propriedade num lote abaixo desse polígono. Essa minha





propriedade tem uma escritura de 1917. Então, depois que terminou essa questão, por exemplo, da extração de madeiras, quando os trens começaram a funcionar com uso do carvão mineral, eles lotearam essas áreas e venderam para os agricultores. Mas nunca teve reserva indígena. Até eles até falam lá que, onde era o posto indígena, morava um caboclo e até meu pai contava que ele ganhou na loteria, esbanjou dinheiro e depois estava passando necessidade. Criava um gadozinho lá, um tal de Horácio.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O caboclo a que o senhor se refere é de qual etnia?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Etnia seria aqueles... pessoas assim... Olha, não era um dos imigrantes.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eram anteriores aos imigrantes?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Anteriores aos imigrantes.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, são portugueses.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Isso, portugueses. Eram essas pessoas. E esses polígonos eram usados com esse benefício de o pessoal extrair madeira e vender. Mas também era permitido para os agricultores tirar, por exemplo, pinheiro. Era uma região onde tinha bastante pinheiro, elas podiam fazer tabuinha, naquela época as casas eram cobertas de tabuinha. Então, o pessoal extraia dali porque havia bastante pinheiro. Mas eles tinham que tirar uma licença do Governo do Estado para poder extrair essa madeira. Não sei se era na Comissão de Terras, era em um lugar público onde o pessoal conseguia essas licenças. Então, era dessa forma. Eu fui ali e daí começou essa questão de os índios reivindicarem, e a coisa começou a pegar fogo. Os kaingangs invadiram a comunidade de Nossa Senhora da Salete. Eu moro lá bem próximo. Daí eles disseram que moraram ali em 1929. Aí eu mostrei a escritura para o cacique, que era de 1917, e ele disse esses governos do diabo lá, me xingou, quase me bateu. Eu disse: *“Não, eu estou mostrando que vocês não estão falando a verdade, porque essa terra aqui era dos agricultores, dos colonizadores”*.





**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E quando surgiu esse boato, essa reivindicação dele? Em que ano mais ou menos, em que década, tem pouco tempo, tem muito tempo?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Olha, isso foi mais ou menos em 2002, por aí.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Ah, então já foi bem recente.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Bem recente, bem recente. E, para minha surpresa, em 2003, os índios foram plantados ali, na beira dos trilhos, mas houve, primeiro, a invasão dos Kaingangs lá. E, daí, a gente foi lá para pedir uma reintegração de posse, porque eles estavam morando dentro da igreja, dentro do salão da comunidade de Nossa Senhora da Salete, que chamam de Ventarra Baixa, mas ali era Rio Paulo, mas dava confusão com outra comunidade. Então, na verdade, colocaram Ventarra Baixa, para não dar confusão, porque o nome era Rio Paulo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa localidade que os kaingangs invadiram fica dentro da área hoje considerada Mato Preto?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eles deixaram fora. Até porque, na minha propriedade, fica um cemitério. Na minha propriedade, em princípio, eles botaram junto, mas, depois, não botaram mais. Eu tenho 7,1 hectares de terra.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O cemitério dos imigrantes?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - O cemitério dos imigrantes fica na minha propriedade, naqueles 7,1 hectares. Fica bem na parte do asfalto. E, daí, não sei por que motivo eu entrei também com uma petição na Justiça para que a minha propriedade não fosse incluída, porque eu tinha aquela escritura antiga e tal. E depois eu vi, quando fizeram um mapa daqueles 4.230 hectares, que a minha propriedade não constava mais dali.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Professor, o senhor disse que os kaingangs foram plantados?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, os guaranis.





**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Os guaranis foram plantados.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Os guaranis. Depois daquela invasão, os guaranis foram ali. Só que tem um boato, e eu acho que ele é verídico, de que, no início, os kaingangs estavam dando apoio aos guaranis porque eles queriam um parte dessa área para eles. Era um acordo que eles tinham entre eles. E o meu irmão mora junto, vive junto com uma índia, e essa índia falou que era para dar uma parte — metade — para os kaingangs, por isso eles demarcaram 4.230 hectares, porque não tinha nada a ver. As áreas eram completamente diferentes, áreas que já estavam habitadas há muitos anos pelos agricultores foram incluídas — juntas ali —, até porque se eles fossem reivindicar uma questão em que eles pudessem ter algum argumento, seria aquela área que foi indicada, mas outras áreas não, nunca passou por isso aí. E, mesmo lá onde foi indicada, também nunca foi reserva indígena.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eu não concluí a pergunta. O senhor fez a correção. Agora, eu vou concluir.

O senhor disse que os índios foram plantados. Permita-me perguntar: plantados por quem?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Segundo entrevista da revista *Veja* com o cacique Joel, ele disse que a CIMI colocou nós aqui, e disse que essas terras são nossas e nós estamos aqui na miséria. Eu tenho até a cópia da entrevista do cacique Joel que ele deu para a revista *Veja*. Então, ele disse assim... Eles não falam que conhecem a área. E daí, depois, começou a questão de fazer o laudo, porque em 2003, quando o Lula ganhou as eleições, esses índios foram colocados ali. Segundo informação de um jornal, o *Tribuna Getuliense*, em Getúlio Vargas, uma pessoa que trabalhava lá me disse que também sabia que teve apoio da CIMI e do Deputado Ivar Pavan, que ajudou a colocar esses indígenas lá. Eles foram plantados. Até numa reunião com o promotor público, eu falei que esses índios não caíram do céu nem brotaram da terra. Eles saíram de algum lugar, porque ele disse que eles não tinham lugar para ficar, mas eles vieram de outras reservas, com o objetivo de reivindicar essas terras.







**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O senhor sabe de onde eles vieram? Se o CIMI, por exemplo, pegou um ônibus de algum lugar para algum lugar? O senhor tem alguma notícia desse tipo?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eu não sei. Parece que eles vieram ali da região.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - As informações que conseguimos levantar é a de que esses guaranis, que ali estão, foram trazidos da reserva de Cacique Doble por um motivo de disputa de poder dentro da área de Cacique Doble, e esses índios que aqui estão acabaram perdendo as eleições para o cacique. Com medo de serem mortos, ou represados, ou punidos, a própria CIMI e dizem que também o próprio Ministério Público Federal teriam os acomodado aqui na região do Mato Preto, onde se encontram até hoje.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Cacique Doble é perto de Mato Preto?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Não. Para nós, é até longe. Acredito que deve dar em torno de uns 100, 150 quilômetros. Agora não tenho a distância na cabeça. Mas dá mais de 100 quilômetros com certeza.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Daí, para continuar essa questão, então, com esses índios foram lá, eu comecei a cobrar do Prefeito Municipal. Eu sou Vereador em Getúlio Vargas. Eu comecei a cobrar do Prefeito. Naquela época, eu estava no Partido dos Trabalhadores, o mesmo do Prefeito, e o Prefeito escancarou as portas para o pessoal da CIMI, da FUNAI. Estavam lá. Só que eles combinaram com os agricultores de um agricultor acompanhar a equipe antropológica da FUNAI para fazer o laudo. Quando saíram da porta da Prefeitura, ninguém mais viu antropológica nenhuma. Só a gente passava ali onde os índios estavam acampados, ela estava sentada no barraco dos indígenas tomando chimarrão. Era isso que víamos. Mas circular pela área, ela não circulou.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Houve audiência pública com a FUNAI e com os agricultores? Houve alguma coisa?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nada.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não chamaram os agricultores para participar de nada?





**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nada. Nada. Nada. Eu, como fiquei indignado com a questão, comecei a fazer denúncias e relatórios, só que eu não podia contar com os meus companheiros, porque eles não assinavam nada.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Havia uma reação violenta dos agricultores para não deixar fazer o trabalho antropológico?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nós tentamos impedir, mas eles disseram que eles iam pegar uma ordem judicial.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês reagiram de forma violenta?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não. Não. Não. Não. Usamos o diálogo. Sempre usando o diálogo. Nós nunca usamos a violência em momento algum, porque sempre acreditamos que haveria justiça. É uma coisa tão absurda essa questão. Só que quando eu fui lá ver na Comissão de Terras, eu vi 223 hectares. Depois, quando saiu o laudo de 4.230, eu fiquei estarecido. Sinceramente, meu pai conta todo o sofrimento que esses imigrantes tiveram para colonizar isso e trabalhar. Foram, assim, tratados como marginais, os agricultores, pela FUNAI e pela CIMI também.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor reside aqui há muito tempo?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor sabe todo o histórico da região, o que o senhor achou do procedimento da feitura do laudo antropológico? O senhor vê inconsistências na feitura desse laudo? O que o senhor pôde constatar dele? É uma diferença muito grande. De 220 para 4.000 é uma diferença muito grande. O que o senhor pôde constatar disso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eu achei uma fraude fora do normal, porque eu sou formado em Biologia. Eu também conheço pesquisa, sei como é. Meu filho é pesquisador, ele também fez doutorado na Alemanha, tenho a minha filha que é também doutora, fez doutorado. A gente sabe que uma pesquisa não se conduz dessa forma. Essa pesquisa é uma fraude grosseira, mas grosseira da pior espécie, porque tinha um cemitério lá, uma vez houve um problema com acidente com um trem, eles já colocaram como cemitério indígena, e, na verdade,







não é cemitério indígena. Então, era fraudado de todas as formas. Eles falavam que caçavam anta ali na nossa região, na nossa região nunca teve esse bichinho, nunca teve esse animal. Uma coisa assim absurda, são só relatos de depoimentos orais de indígenas.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor viu uma fraude na feitura deste laudo, então?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Mas uma fraude grosseira, porque se é terra indígena, que nem foi lá na área do Ventarra, lá, sim, era terra indígena, lá foi retomada pelos índios, até os agricultores não contestaram muito, porque a gente sabia que era indígena, mas aqui nunca foi. Então, eles pegaram e o que fizeram? Depois, outra coisa, eles tentaram em um momento botar uma área, depois daqui a pouco, em outro momento, estavam colocando outra área, mudavam de lugar os limites, ali em cima tinha outro cemitério, desviaram o cemitério para não ter prova contra eles. Então, achei que o trabalho da Flávia Cristina de Mello, que é antropóloga e foi encarregada de fazer o laudo, eu não sei, dizem que foi uma tese de mestrado, tinha que tirar um zero, porque em um trabalho científico, a gente sabe, que em um trabalho que tem cunho científico não pode se perder nenhuma informação. E nenhum agricultor foi consultado sobre nada, sobre nada, nem o pessoal da Prefeitura, nada! Então, são questões assim que foram pairando de tal forma sobre a cabeça dos agricultores. Havia um agricultor lá, o Edivino Matkoski, ele já tinha problema de depressão, quando soube que ia perder a terra para os indígenas, se suicidou! Vários agricultores com depressão, até eu agora, esses tempos atrás, tive uma embolia pulmonar, não sei se foi também um pouco do estresse que a gente passou junto, porque eu, mesmo que eu não perdesse a propriedade, mas pela luta desses agricultores que sempre foram muito honestos, muito corretos, eles nunca, jamais tentaram... Eles até davam apoio para os indígenas. Eu me lembro de que esses índios passavam necessidades em uma certa época, os kaingang lá em cima, os agricultores em vez de darem dinheiro, que eles iam beber cachaça, davam alimento. Eles eram amigos, na verdade, dos índios. Então, eu vejo que a reivindicação dessa área não foi feita pelos índios, tem algo por traz disso aí, eu acho que uma parte é o Partido dos Trabalhadores, outra parte, a FUNAI, a CIMI e eu também coloco sob suspeita o nosso Presidente da





FETRAF-SUL, porque ele mora aqui na região e ele estava sempre sabendo de tudo, qual era a área que ia cair, qual a que não ia cair, ele estava articulando a questão. Então, nós trabalhamos quase o tempo todo com o inimigo na trincheira, mas a gente tinha controle da questão. A gente trabalhava sabendo que... acreditando sempre na Justiça, depois, entrou na questão também o Dr. Rodinei, entrou o sindicato rural. A nossa comissão foi se qualificando e se tornando cada vez mais consistente, porque o pessoal não se conformava com essa questão.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor sabe de alguma ligação dessa antropóloga com alguma entidade, com alguma ONG, alguma coisa assim?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não sei se ela tem, mas saiu um comentário que ela estava usando o ritual indígena, o Santo Daime, e parece que, no sonho, ela sonhou que essa terra pertencia aos índios guaranis. Isso aí a gente não acompanhou de perto porque é uma coisa que veio de fora, mas até saiu nos jornais essa questão, que eles usavam esse ritual para fazer um laudo antropológico, que é uma coisa séria para mim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Estamos recebendo neste momento o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Federal Alceu Moreira. O Prof. Nelson é o primeiro que estamos ouvindo. Se V.Exa. quiser uso da palavra, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos! Eu queria de imediato dizer o seguinte: nós já lemos tudo sobre a demarcação do Mato Preto e principalmente do laudo antropológico, inclusive pela narrativa da própria FUNAI diz que não houve a consulta aos proprietários. Eles alegam que não houve porque tinha motivo de atrito. Não podiam fazê-la. Se não houve consulta, isso foi estabelecido, conforme a Dra. Flávia nos disse lá, por raciocínio de natureza antropológica. Eles acabaram decidindo isso. A pergunta que foi feita há pouco é se vocês, aqui na região, sabem se instituições como a própria FETRAF-Sul, o CIMI, que têm a sua orientação na Universidade de Chapecó, se eles tinham ligação com essa antropóloga. Nessa discussão toda que nós estamos fazendo, nós — e essa é uma questão de natureza particular, como Parlamentar — temos a convicção de que esse laudo antropológico não obedece a nenhum critério de natureza científica. Ele,





certamente, é alguma coisa que foi feita por encomenda, por expectativa de alguém. Então, é importante que a comunidade nos diga o que conhece sobre isso, e se conhece, porque o fato de não desconhecer é tão grave quanto.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Essa Flávia Cristina de Mello, que fez o laudo antropológico, com certeza ela tinha ligação com o CIMI, porque lá na hora, na reunião dentro da Prefeitura... A maioria do pessoal entrou no processo depois, mas eu, como fazia parte lá da Prefeitura de Getúlio Vargas... Ela participou junto com o pessoal do CIMI, sim! Ela tinha ligação com o CIMI. E tem outra coisa. Não essa antropóloga, mas a Juracilda Veiga, uma antropóloga mais famosa da FUNAI, mais antiga, ela ia jantar lá na casa do Presidente da FETRAF-Sul, comer peixe assado. Eles falam que ela ia lá à casa dele comer peixe assado, à casa do Presidente da FETRAF-Sul. Então, tinha uma articulação, porque o cara da FETRAF-Sul, no último instante — antes, vou antecipar uma coisa que teria que, por sequência, aparecer mais tarde —, agora, na última decisão ali, eles reduziram a área. Eu não sei quem é que fez o mapa. Eu até acho que foi o cara da FETRAF que fez o mapa, porque quem é que ia fazer um mapa tão rápido assim? Reduziram a área e fizeram um terrorismo pros agricultores fazerem acordo porque senão iam perder as terras. E, logo em seguida, saiu a decisão judicial, em que o juiz deu favorável... deu ganho de causa para os agricultores. Então, foi no último momento. Mas foram o Presidente do SUTRAF, o Vicente Perin; o Rui Valença; e o Nilton Antônio Scariot, que era do SUTRAF e da FETRAF-Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - O senhor pode repetir os nomes.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Rui Alberto Valença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - O que ele é?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Ele é o Presidente da FETRAF-Sul. E o Vicente Perin, que é o atual Presidente do SUTRAF, e o Nilton Antônio Scariot, que também é Vereador em Getúlio, mas também ele é ligado ao SUTRAF.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E o senhor falou que eles fizeram terrorismo. Eles chegaram a afirmar pro senhor diretamente?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Numa reunião lá no Mato Preto, na comunidade do Mato Preto! Quem foi à reunião lá saiu apavorado, porque tinha





agricultor lá que... *“Bah! Eu não quero sair da minha terra, mas, se eu não fizer acordo, eu vou perder a terra!”* Eles colocaram dessa forma.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Professor, o senhor citou o nome de três pessoas ligadas a entidades. Nessa reunião havia a presença de outras entidades, de outras pessoas que apresentavam o mesmo ponto de vista desses três?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não. De outras, não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - São só esses três nessa reunião.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nessa reunião, sim, nessas últimas reuniões.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Aqui é o Roberto Rotta. Nesta reunião não tinha, mas, numa reunião anterior, preliminar, que fizeram com poucos agricultores, o Mauricio estava, o Nelson estava, o Hélio estava, o Olímpio estava. Na Procuradoria Federal de Erechim, aí, sim, o Procurador, o representante do Ministério da Justiça e o representante do Ministro da Justiça foram bem categóricos conosco: *“Ou vocês fazem o acordo ou vocês vão perder toda a área de terra de vocês”*. Dentro da sala da Procuradoria Federal de Erechim...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Vou fazer uma pergunta pro senhor, em cima da sua fala. O senhor tem condições de indicar o nome dos Procuradores, ou do Procurador, do representante do Ministério da Justiça da ocasião, ou, se não puder, de entregar uma ata, alguma coisa que identifique as pessoas presentes nesta reunião?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Precisamente, eu não sei dizer o nome das pessoas que estavam lá porque eu sou ruim de gravar nome. Mas, por exemplo, aqui em Erechim, a cada 2 anos, se troca de Procurador por causa dessa questão indígena. Só que essa reunião foi gravada. É só pedir essa degravação. Eles devem ter gravado lá. Não sei se a Prefeitura de Getúlio Vargas tem. Nós, na época, até falamos que íamos conversar com os agricultores para ver a posição deles. Nós não iríamos decidir nada porque nós estávamos ali... alguns agricultores representando alguns agricultores. E após essa reunião que nós teríamos com os agricultores é





que iríamos dar resposta pra eles. Mas eles foram categóricos! Principalmente a instigação do Procurador Federal, que eu não me lembro mais de quem era o cara.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Ricardo Gralha.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O senhor se lembra da data dessa reunião, algum dado, para nós pedirmos a degravação de forma mais precisa? Às vezes 1 ano, 1 mês.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não. Faz mais de ano, faz mais de ano. Eu não me lembro ao certo da data. Alguém lembra?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ricardo Gralha Massia. Qual era a função dele mesmo?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Procurador.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Procurador. De qual o local?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Inclusive, eu até o questioneei: *“Doutor, o senhor é um procurador do nosso País! O senhor tem que representar os agricultores e os índios”*. Ele foi categórico: *“A minha função aqui é defender os índios. E ponto final!”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Ele era Procurador, membro do Ministério Público?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não, Procurador Federal aqui de Erechim, da Regional de Erechim!

**(Não identificado)** - Procurador da República, né?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Sim! Aí, voltando ao assunto anterior, porque o Dr. Lucas questionou, por exemplo, a questão de como é que aqueles índios vieram parar ali naquela localidade, eu tenho que retroagir a uns anos atrás. Eu vim do Paraná em 2002 para residir em Erechim. Quando eu fiquei sabendo dessa questão indígena, comecei a me aprofundar nessa questão. Aí, pra eu conseguir entrar na causa, o que é que eu fiz? Nós temos uma pequena propriedade com o meu sócio, e eu fui prestar serviço de colheita dentro da Reserva Indígena do Ventarra, onde os índios plantam lá, a pedido deles. Eles chegaram lá à granja: *“Ó, nós temos soja pra colher, e não temos máquinas. Podiam nos ajudar”*. *“Tá, vamos lá.”* Prestamos serviço pra eles. Eu fiz amizade com o cacique da época, que era o Vereador lá de





Erebango. Não me lembro do nome dele. Tu lembra o nome, que era Vereador em Erebango?

**(Não identificado)** - Tomazinho.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não, Tomazinho não era ainda. E eu fui perguntando a ele, conversando... Fiz amizade com ele. Inclusive até me doou um livro pra eu aprender a falar em kaingang, e ele me disse o seguinte: *“Roberto, eu vou lhe dizer uma coisa, que fique entre nós: em 2003, vão vir índios guaranis que vão acampar ao lado da nossa aldeia que vão reivindicar desde a nossa aldeia, da BR, até o Rio Toldo, que eu creio que vai dar em torno de 6 mil hectares. E nós kaingangs vamos ajudá-los para após eles nos ajudarem a retomar mais uma área que vai ligar essa nossa aldeia que nós temos, que começa no Rio Erechim, próximo à Viação Férrea, com o Rio Cravo, que nasce dentro da comunidade de Capo-Erê, em Erechim, onde os dois circundam e vão formar o Erechim Grande pra frente de Paulo Bento.”* Aí lhes pergunto... Setembro de 2003, “plantaram” os guaranis lá. E vou dizer quem que plantou os guaranis lá. Por que eu digo isso com tanta propriedade? Porque eu participei de uma semana acadêmica do Curso de História na URI, de Erechim, em que o Rodinei Candeia também foi palestrante, e foi palestrante nessa semana acadêmica o Dr. Juarez Mercante, Procurador Regional Federal de Passo Fundo. Nas discussões que teve — um fala isso, outro fala aquilo —, ele levantou a voz e disse, em bom tom: *“E isso tudo que vocês estão falando é mentira! Quem trouxe esses guaranis e colocou nessa localidade próxima à Viação Férrea fui eu: Juarez Mercante”*. Aquilo me fez cair o queixo. Ele falou: *“Chega de balela! Quem colocou os índios lá fui eu!”* Disso aí também tem gravação dessa semana acadêmica.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não foi no curso de Direito, foi no curso, se eu não me engano, de História. Eu não lembro, não recordo direito. Já faz um tempo. Isso foi em 2008, 2009, por aí. Esse Procurador disse isso. Aí, o que aconteceu? Logo após os índios guaranis terem sido implantados ali, os kaingangs invadiram uma propriedade ao lado: a do Sr. Zanoelo. Até então, pelo que nós ficamos sabendo, no dia em que eles invadiram, nós estávamos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Nós íamos ter uma audiência lá. Nós ficamos







sabendo. Peguei o telefone, liguei para o proprietário da área e falei assim: “*Oh, Sr. Zanoelo, se o senhor quer apoio dos agricultores, nós vamos lá e reunimos os agricultores. Nós estamos aqui, mas nós reunimos o pessoal lá. Vamos lá e vamos tirar esses índios daí!*”. Daí, ele falou: “*Não, deixa quieto, porque a isso aí eles têm direito também*” e tal. Por acaso, nessa semana, no domingo agora, eu me encontrei com um funcionário da FUNAI que é da época ali. Como é o nome dele, lá de Getúlio Vargas?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - O nome me fugiu também. Está na cabeça. Ele foi citado. Mauro, o funcionário Mauro da FUNAI. Ele está respondendo a processo na Polícia Federal. Foi até recolhido para Passo Fundo e tal. Ele veio conversar comigo, porque ele sabe que a gente está na lida e tal. E ele deixou escapar, na conversa dele, que quem implantou os índios kaingangs lá dentro da propriedade do Sr. Zanoelo foi o próprio Zanoelo, por instigação do cacique da época, que ele iria ganhar um rio de dinheiro por colocar os índios lá dentro, porque ia haver indenização, porque é uma propriedade bonita, tem piscina, tem casa de campo e tal. Isso é o que aconteceu. E os índios estão até hoje. Invadiram a propriedade dele.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Qual é o nome dele?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Do proprietário ou do funcionário da FUNAI?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Do proprietário.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - O proprietário é João Zanoelo, se eu não me engano.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - João do quê?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Zanoelo. Ele é proprietário daquele imóvel lá. Ele deixou escapar. Quando ele viu que ele deixou escapar, ele voltou atrás, disse: “*Não, que os índios invadiram*”. Mas, primeiro, ele colocou, em bom tom, que o Zanoelo os colocou lá. Aí, vocês vejam bem que, antes de os índios serem implantados ali, o cacique da Aldeia de Ventarra já sabia de tudo! E das coisas que ele me falou, todas aconteceram: que os índios foram implantados, os guaranis, ali, que os kaingangs iam invadir outra área do lado, para ajudar os guaranis. E isso está acontecendo após esse laudo de 4.230. Então, não levem por surpresa que os





kaingangs vão reivindicar essa área, que calculo, por cima, olhando pelo mapa, que passa de 40 mil hectares de terra, que é o próximo passo que eles estão querendo fazer.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esse cacique da Aldeia de Ventarra é o Joel?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - O Joel é o atual. Foi o anterior.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não. Mas dos kaingangs também é... Quem que é o dos kaingangs hoje?

**(Não identificado)** - É o irmão daquele Vereador lá.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Pois é. Eu não me lembro mais do nome daquele Vereador. Como é que é? Gerson? Não? O anterior era Geacir... Eu não me recordo do nome.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Por gentileza, eu vou colocar de outra forma. O senhor disse que o cacique da Aldeia de Ventarra sabia.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Sabia.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quem era esse cacique?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Eu não me recordo do nome. Eu não recordo o nome. É até difícil de falar, porque é difícil eu gravar nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Não tem alguém que o conheça lá daquela época que possa ajudar?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Vereador, não. Ele era cacique e Vereador, na época, em Erebangó, só não me recordo do nome.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Agora, ele faria uma afirmação dessa perante a CPI?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Não. Ele vai dar tiro nos pés dele mesmo!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Imacir!

**(Não identificado)** - Imacir.





**O SR. ROBERTO ROTTA** - Imacir é o nome desse cacique. Esse é o que me falou tudo isso aí.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Imacir, ele não falaria, mas a índia falaria?

**(Não identificado)** - Fala.

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Então, é coisa de causar estranheza. Como o cacique sabia de tudo isso aí? E o que ele falou aconteceu. Então, alguma coisa errada tem! O que está por trás disso aí? Coisa que já se vem implantando faz um monte de tempo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Permita-me uma pergunta para o Prof. Nelson? Aqui é o Rodinei.

Professor, o senhor disse que na sua propriedade tem um cemitério.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Tem.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O primeiro ponto: o senhor disse que a sua propriedade ficou fora da área demarcada.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Ficou fora.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Então, o senhor não tem nenhum interesse pessoal na demarcação?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nenhum.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nenhum. Então, assim, nessa propriedade, o senhor disse que tem um cemitério de imigrantes.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esses falecimentos são de que época?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Bah! Tem até de mil oitocentos e pouco, tanto é que a escritura que eu tenho da minha propriedade lá é de 1907. Ela pertencia ainda... Aquela propriedade, a terra foi comprada pela Antonina Ukrainska, que era uma senhora de origem polonesa. Ali, a maioria dos imigrantes foi a de poloneses. E, depois, o meu avô comprou essa terra deles, mas eu tenho a escritura ainda.



**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa área do cemitério, especificamente, ficou fora do desenho da demarcação, fora do mapa da demarcação?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Dos 4.230, ficou fora.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode nos narrar como é que eles fizeram esse mapa para deixar...

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Mas aí eles fizeram depois um mapa. Daí, eu tenho uma sanguinha que passa ali, uma sanga de água que passa pertinho da minha casa, a uns 30 metros da minha casa. Disseram que o limite seria ali. Daí me inviabilizava a propriedade! Uma vez um cara da FUNAI me disse que, quando inviabiliza a propriedade, eles negociam. Então, eu... Depois dos 230, não apareceu mais... Saiu o nome de todos, de todas as terras, o número e o nome dos proprietários, e o meu não apareceu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E é bem ao lado da área...

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É. Mas eu também tinha entrado com uma petição na Justiça Federal aqui em Erechim. Eu fiz uma petição. Até foi o meu advogado que me auxiliou a fazer. Ele disse: *“Olha, faça. Pelo que eles estão colocando ali, você não se enquadra. A tua terra não se enquadra. A tua terra é muito anterior a isso aí. Você faz uma petição. De repente, o juiz julga e...”* Só que o juiz não julgou. Se ele tivesse julgado a minha petição, ele teria aberto um precedente. Se ele me desse ganho de causa, abria um precedente. Daí...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Para nós entendermos, a sua área foi colonizada na mesma época das demais áreas?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Das demais áreas! Todas as demais áreas!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o cemitério é de todas as pessoas da região.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Da região, de todas as pessoas da região. Tem o meu avô, o meu bisavô. Tem pessoas lá que já não têm mais nem quase rastro. Mas ainda tem umas cruzeiras lá que têm o nome gravado e a data de





falecimento. Tem de mil oitocentos e uns quebrados. O pessoal começou aquele cemitério bem cedo mesmo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor disse que tem uma notícia que o senhor viu na documentação de que um grupo de indígenas esteve, então, em 1929, dentro de um polígono ali. É isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É, do polígono... É aquele polígono B ali que eles reivindicavam. Eles estavam acampados ali, porque eles estavam passando, parece, por necessidades. Eles ficaram por um período curto. Não sei por quanto tempo, mas não foi um período longo. Eles ficaram acampados por um tempo e depois foram embora. Ninguém os levou embora! A coisa mais absurda que eu vi no laudo da FUNAI foi que esses caras foram levados por boleia do Exército, um caminhão chamado boleia do Exército, se nem estrada tinha! Os agricultores iam a cavalo, eles iam de pique, a pé, buscar... Ali onde estavam construindo a estrada de ferro tinha radicci no mato, essas coisas... Eles iam lá, no final de semana, buscar uma verdurinha, porque a escassez de alimentos naquela época, de verdura, principalmente, era complicada. E eles falaram que foram levados numa boleia do Exército! Se não tinha estrada, como é que um caminhão do Exército ia levar os índios? Os que foram levados de caminhão foram os kaingangs lá da outra área. Foram levados de caminhão. Aqueles eu vi, porque eu estudava junto com eles. Eu tenho uma convivência muito grande com os índios, porque eu primeiro estudei com os índios. Depois, quando eu vivia lá no Ventarra, eu morava na escola. A minha esposa era professora ali. Ela deu aula 3 anos para os índios kaingangs lá, quando eles retomaram a área do Ventarra. E essa questão que o Roberto colocou ali... O cacique Luís de Oliveira, que era o cacique da época dos kaingangs que retomaram a área lá, disse: "*Nós agora estamos trabalhando. Depois, nós vamos ajudar os nossos irmãos guaranis para retomar a área deles*". Mas eu disse: "*Mas onde é que tem área aqui?*" Eu não levei a sério. Depois aconteceu! Ele coloca isso. Então, foi dessa forma, mas...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor disse que viu os caingangues serem levados de caminhão. Os caingangues de Ventarra?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - De Ventarra. Mas aquilo foi em 61.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em 61?





**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Em 61. Aqueles lá foram levados em 61.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foram levados para onde?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Pra São Valentim, lá pro Votouro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Depois o que aconteceu com a área deles, foi devolvida para eles?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Foi devolvida, toda ela foi devolvida. Lá são setecentos e quarenta e poucos hectares — isso —, 753 hectares.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O outro que o senhor narra é o seguinte. O senhor narrou — assim como o Roberto referiu — que, antes de haver a invasão e o pedido de demarcação guarani, ele já fora avisado pelo cacique caingangue, ele já tinha gente conversando a respeito. O próprio funcionário da FUNAI de nome Mauro referiu que havia isso. O senhor mencionou no início que o senhor fazia parte da administração municipal, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, e o senhor também viu que havia uma articulação dentro dessa administração municipal anterior à própria demarcação. É isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode nos contar como o senhor enxergou isso, como aconteceu esse envolvimento de administração, de SUTRAF, de CIMI? Como é que aconteceu isso, antes mesmo da vinda ou durante a vinda dos guaranis?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eles comentavam lá que, agora que o PT entrou no poder, eles iam devolver todas as terras pros indígenas. Mas eu disse: *“Mas aqui não tinha terra!”* Na verdade, quando surgiram aqueles boatos lá, é que eu fui à Comissão de Terras lá, pra ver se existia alguma coisa que a gente não sabia, porque nunca ninguém falou que tivesse reserva indígena. Só que eu percebi... Foi um dos motivos que eu saí do partido, porque eu não gosto de injustiça. E eu vi que a mentira estava correndo solta ali. Era coisa forjada. Até um dia eu pedi ao Prefeito: *“Prefeito, quando é que o senhor vai fazer alguma coisa a favor dos agricultores? O senhor sabe que nunca teve reserva indígena”*. *“Ah, eu não vou me meter nisso aí, porque não sou eu que vou resolver!”* Um cara que foi







eleito pelo povo lá fazer uma coisa dessas aqui deu pra perceber de que lado que ele estava. Então, só para complementar, uma coisa que me fugiu antes: quando surgiu aquele negócio de eles se acamparem ali, questionar as terras e depois até... Eles andaram já fazendo levantamento fundiário em algumas propriedades. E chegaram com a polícia ali. Alguns agricultores passaram por momentos de terror, porque o pessoal ficou com medo. O pessoal estava armado, porque eles achavam que os agricultores iam reagir violentamente. Os agricultores nunca reagiram dessa forma. E daí... Eu fazia relatório de todo tipo lá. Tem até... O Dr. Rodinei deve ter lido, lá na Justiça Federal, naquele processo lá. Tem coisas que eu relatei de próprio punho. Eu escrevi lá de próprio punho, porque eu achava uma coisa tão absurda! E eu relatava lá. Nós fomos a um promotor — eu não me lembro agora do nome do promotor —, eu e o Hélio Polan fomos a esse promotor, e ele orientou a nós assim. Nós dissemos: *“Mas como é que pode acontecer uma coisa dessas aí? Os agricultores estão ali desamparados. Não tem ninguém pra ajudar a eles, nada”*. Daí ele disse assim: *“Mas, se vocês têm provas, vocês têm que participar do processo!”* Daí nós começamos a trazer documento, trazer documento. Eu e o Hélio fazíamos as coisas por escrito, porque lá da Prefeitura — vocês podem investigar em qualquer lugar — nenhum deles assinou nenhum documento dizendo qualquer coisa contra essas invasões. E daí nós fomos trabalhando nessa questão. Depois que esse promotor... Ele já estava dando assim... vendo que a nossa causa era justa, esse promotor público, mas depois ele foi transferido. Daí veio um tal de Antonio Rosso. Esse Antonio Rosso, nós tivemos audiência com ele. Foi uma vergonha. Ele disse assim: *“Vocês vieram aqui fazer o quê? Se vocês vieram aqui reivindicar alguma coisa, eu estou defendendo os índios”* — bem assim. Daí eu comecei a questionar a ele. Eu disse: *“Mas o senhor não acha que é muita terra pra pouco índio?”* Ele: *“Não, não, não, aqui no Rio Grande do Sul, os índios tem pouca terra”*. Eu disse: *“Mas como tem pouca terra, se eles estão arrendando as terras pros outros?”* *“É, mas é a situação econômica”*. Quando nós saímos da reunião, ali na porta, estava o Tomazini, estava o Peruslo e estava mais um índio chamado Augusto, que eu conhecia bem, e tinha mais outros índios, fazendo um acordo de prestação de serviço. Na verdade, estavam legalizando o arrendamento de terra — esse Antonio Rosso, esse procurador.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. Nelson, por acaso, não é Pedro Rosso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Pedro? Pedro? Eu acho que é Pedro Rosso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor está narrando que, dentro do Ministério Público Federal, estavam fazendo contratos para regularizar os arrendamentos, é isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim, era um contrato de prestação de serviços, mas na verdade isso funcionava como arrendamento de terra. A gente sabe, porque estava o Tomazini, que era o... Como é o nome dele? Tomazini é um agricultor, Valmor Tomazini. Ele era Vereador e agricultor ali do Município de Erebango.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E ele arrendava...

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Arrendava terras dos índios. E tinha um Peruslo lá também. Depois parece que esses caras levaram um pouco nos dedos lá com os índios e não plantaram mais. E também veio a polícia e fez um controle ali. Não podia — porque isso é proibido por lei — o arrendamento de terras. Então, esse arrendamento de terra veio contra a nossa causa, porque o índio, quanto mais terra ele ia ter, mais arrendamento ele ia ter. E o cacique consumia... Eu tenho uma índia que pode confirmar pra vocês. Quem pegava essas partes dos arrendamentos era só o cacique e a turminha dele. O resto dos índios, tudo passando necessidade. As coisas estavam funcionando dessa forma. E os caras já falavam: *“Nós queremos mais terra, porque nós queremos plantar mais, na terra dos índios”*.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Professor, o Presidente Alceu adiantou uma coisa aqui, e o senhor tocou no assunto, que é importante. No laudo que foi publicado, no resumo do laudo de Mato Preto, quem fez o laudo afirmou que houve um processo judicial falando que não ia ser preciso intimar os agricultores porque estava tendo reações violentas. Então, não seria possível fazer o estudo na área, porque os agricultores estavam reagindo violentamente. Isso está publicado no laudo.





Então, eu pergunto aos senhores que conhecem a região: houve alguma reação ou violência? Algum agricultor foi intimado ou pela FUNAI ou por um processo judicial que estava discutindo isso? O que vocês podem falar sobre esse tema?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Nenhum. Nesse caso não houve uma vírgula de nenhum tipo de violência, nenhum tipo! Nós, na comissão, não tínhamos (*ininteligível*), vamos conduzir, vamos trabalhar certinho, porque eu acho que ainda a lei... vai ser feita justiça. Nós acreditávamos sempre que não podia uma coisa dessas desapropriar os agricultores, porque seria um absurdo. Então, não houve. Teve uma época até... O Deputado Luis Carlos me falou esses tempos — eu acho que ele já estava fazendo parte da CPI — que houve lá... furaram a caixa da água dos guaranis, parece que houve tiro na caixa da água, e também cortaram umas mangueiras de água que traziam água ali. Mas foi um conflito que eles tiveram com os caingangues. Foram os próprios caingangues que fizeram... E tem essa índia que mora junto lá com o meu irmão. Ela pode confirmar e dizer inclusive o nome dos índios que fizeram essa arruaça lá. Os agricultores jamais fizeram nada! Os agricultores... Eu acredito que daria derramamento de sangue, sim, mas no momento em que o pessoal ia retirar as famílias das propriedades. O pessoal acreditou até o último minuto que ia ser feita justiça, graças a Deus, à organização da nossa comissão, ao trabalho correto sempre buscando a verdade, com o apoio dos Deputados ali, o Sr. Alceu, o Luis Carlos, o Colatto, lá de Santa Catarina, e outros aqui do Rio Grande também, o Gilberto Capoani e outros que trabalharam nessa questão ali, o pessoal sempre dando apoio. A presença do Procurador Rodinei também pra nós foi um alento assim, foi um motivo de esperança. Acredito que o senhor viu os relatórios que a gente fez lá. Isso aí chamou a atenção. O agricultor sabe trabalhar. Esse pessoal da FUNAI ali, eles são cheios de malandragem. Mas o próprio administrador da FUNAI, o Alberto Ferrareze, ele me disse assim: *“Professor, eu não vou mentir pra vocês. Esses índios têm casa com água e luz nas suas reservas. Eles vieram aqui porque eles querem mais terra”* — o administrador da FUNAI, o Alberto Ferrareze.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Essa narrativa é importante, a narrativa do Alberto Ferrareze de que os índios que estavam lá acampados têm





casas com toda a instalação nas suas reservas, e estavam lá como massa de manobra para reivindicar outras áreas.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É isso mesmo. E isso aqui eu relatei em vários documentos que estão arquivados na Justiça Federal, no processo, estão ali, e eles nunca contestaram isso aí. Contestaram uma vez, porque uma equipe estava fazendo um levantamento fundiário lá e eu coloquei o nome de um que não estava, daí ele ameaçou me processar. Daí eu disse *“olha, eu não tenho obrigação nenhuma de saber o nome de vocês, mas a equipe de vocês estava lá e a minha função é defender aquilo que é nosso”* —, que seria a propriedade.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E os senhores tiveram notícia, por oficial de justiça, sobre esse processo que permitiu o estudo sem autorização dos senhores? E já vou emendar outra pergunta. O senhor falou que não tinha *expertise* — o senhor sabe trabalhar na terra. O senhor tem ideia de quanto vocês já gastaram com advogado, com passagem, para tentar resolver esse problema? Qual foi a dificuldade, o custo? E vocês tiveram ciência desse processo judicial?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim, só com o laudo antropológico que foi feito pelo Prof. Aldomar Rückert, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e mais o Henrique Kujawa, aqui do Instituto Meridional de Passo Fundo, nós gastamos 200 mil. Os agricultores todos tinham que contribuir e pagar. Alguns pagaram, outros não pagaram. Alguns também tinham dificuldade, mas alguns deram os últimos recursos que tinham pra pagar. Então, esse laudo foi feito por duas pessoas de conceito: um é professor da UFRGS e o outro é professor do Instituto Meridional de Passo Fundo. E mais: foram contratados advogados, o Nestor Hein e o Frederico Buss, que também trabalham pra FARSUL. São advogados de Porto Alegre, que nós contratamos também. Foram pagos em torno de 200 mil reais.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Mais 200?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Mais 200 mil reais. Se se contar tudo, eu acho que chega aos 500 mil reais, mais ou menos, o gasto — naquela época, porque isso foi feito no início. Então, se fosse corrigir, hoje já...

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Foi em 2006?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É, em 2006. Então, se fosse hoje, talvez já estivesse em 1 milhão de reais o montante que os agricultores gastaram





com isso. Mas eu ainda acho que o gasto maior foi o desgaste emocional, porque as crianças, todas, preocupadas, é uma coisa muito triste de ver. Eu pensei comigo: “*Se me tirarem a minha propriedade...*” Eu sou professor, mas eu não tenho patrimônio. Eu fiz a minha casa...

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Nelson, só pra complementar o que o Dr. Lucas perguntou, porque eu tenho um compromisso agora às 4 horas, eu gostaria de colocar isso aí, que é uma questão financeira da região, a questão, por exemplo, que os agricultores, na época, gastaram cinco sacas de soja, por hectare, cada um, pra se defender, com contralaundero e jurídico. Mas essa não é a questão maior. A questão maior é o que os agricultores estão deixando de tirar dessas áreas de terra. Por quê? Por exemplo, eu sou engenheiro agrônomo e dou assistência na granja do meu sócio. Nós não estamos investindo mais na terra. A terra precisa de calcário — nós não estamos colocando. A terra precisa de fósforo, precisa de outros micronutrientes — nós não estamos mais colocando. Por quê? Nós vamos arrumar a terra pra depois deixar para os índios? Essa é a intenção de todos os agricultores da região. Hoje, por exemplo, estão falando em média de soja por hectare no Brasil em torno de 60 sacas de soja, a média nacional que se vai alcançar. Na nossa região, ao invés de aumentar, está diminuindo a produtividade. Por quê? Porque não está sendo investido nas propriedades. Tem que renovar o parque de máquina — ninguém está renovando. Por exemplo, tem agricultores que precisariam vender essas áreas de terra, porque ficaram só eles em casa, os filhos já foram embora, porque não têm mais expectativa de ficar na propriedade, porque amanhã ou depois podem não ter mais essa área de terra, e não conseguem vender, porque ninguém quer comprar área de terra dentro dessas áreas aí. E, se comprar, se vale 50 mil reais o hectare, o cara vai oferecer 10 mil. Então, nessa questão aí, se você pegar de 2006 até 2016 o que se deixou de produzir nessa área de terra, veja o valor astronômico que dá e que deixa de gerar imposto para os Municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Erebango, para o Estado do Rio Grande do Sul e para o País. Então, isso aí é uma coisa que está na cabeça de todos os agricultores. E esse terrorismo de que o Nelson fala começa por aí.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Roberto, uma pergunta: houve notícias de que haveria restrição ao crédito de quem está dentro da área? Você pode nos narrar como isso aconteceu? Tem conhecimento disso?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Tanto eu tenho, Dr. Rodinei, que nós... O meu sócio sofreu com isso. Nós montamos uma empresa de prestação de serviço de colheita, pra colher soja lá pra cima, por Mato Grosso e Piauí, porque aqui na nossa região não dá mais para investir na agricultura. Nós tivemos que dar uma área de terra em garantia, em hipoteca, à Caixa Econômica Federal. E nós recebemos uma intimação. Eles queriam vistoriar essa área dada em garantia, pra saber se não estava dentro da área reivindicada pelos índios. A nossa sorte é que passava na divisa essa área, senão nós não iríamos conseguir o financiamento junto à Caixa Econômica Federal.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Você sabe por ordem de quem?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Veio do Ministério Público Federal.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Ministério Público Federal deu orientação aos bancos?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - A orientação veio pelo Ministério Público Federal, da supervisão da Caixa de Passo Fundo.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Quem disse ao senhor que veio do Ministério Público foi a própria Caixa Econômica?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Sim: *“Por ordem do Ministério Público, temos que investigar essa área que está sendo dada em garantia, se não pertence à área reivindicada pelos índios”*. E ele foi bem taxativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Então, para uma área reivindicada pelos índios, não tinha financiamento?

**O SR. ROBERTO ROTTA** - Na realidade, é o seguinte: não é que não tinha financiamento. Nós buscamos junto à Caixa Econômica Federal um valor para um equipamento, uma colheitadeira. Eles exigiram uma garantia real. E foi dada em garantia uma área de terra. Quando a Caixa Econômica Federal levou isso ao conhecimento da parte interna do jurídico, eles ficaram sabendo que teria conflito de área... de reivindicação de áreas de terra dos índios e queriam saber se essa área







que nós estamos dando em garantia estava dentro dessa área de reserva indígena ou não. Se estivesse, nós não iríamos ter direito ao financiamento.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O senhor só não respondeu se vocês tiveram ciência desse processo judicial que permitiu aos antropólogos entrar lá sem a...

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - A princípio, no início, parece que eles não tinham essa ordem. Daí a gente falou: *“Mas como é que vocês podem entrar na propriedade?”* Daí parece que eles buscaram, eles conseguiram essa ordem judicial.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Alguém viu isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim. Parece que o juiz federal é que liberou uma ordem para eles poderem fazer os estudos.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O juiz federal ouviu algum dos senhores lá no fórum? Teve alguma audiência?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra pergunta, Sr. Nelson. O senhor fala que a antropóloga, quando fez o trabalho dela, só ficava dentro da aldeia. Ela não visitou as propriedades, não falou com os agricultores. É isso?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, não. Não falou, porque ninguém conhecia a ela. Mas eu passava às vezes de carro ali frequentemente, e ela estava sentada ali, tomando um chimarrão, na aldeia guarani, ali naquele acampamento.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual antropóloga?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - A Flávia Cristina de Mello.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra pergunta: quando vocês fizeram o trabalho antropológico para contestar o laudo antropológico — foi feito pelo Prof. Aldomar e pelo Prof. Henrique —, eles fizeram a vistoria em todas as propriedades, falaram com todas as pessoas?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Fizeram. Esses aí, sim. Esses aí trabalharam. Fizeram um trabalho científico, com toda aquela sequência de fatos





que têm que ser relatados num trabalho que é de metodologia científica. Eles visitaram todas as famílias, os lugares históricos, os cemitérios, as comunidades, as capelas, tudo isso que foi construído pelos imigrantes. Eles visitaram tudo. Inclusive, eles foram conversar com os indígenas também. Eles ouviram os indígenas.

**O SR. HÉLIO POLAN** - Essa parte da história dos que fizeram para nós o contra laudo foi passada casa por casa. Eu até acompanhei do começo ao fim isso aí. Nós fomos a todas as propriedades, conversamos com os donos de terra sobre a área de terra que eles tinham e tudo. Isso aí eu acompanhei de perto. E a FUNAI nenhum agricultor viu dentro das áreas de terra. Eles faziam tudo pelas estradas ou do gabinete, não sei como. E ali eles fizeram um levantamento fundiário acho que em cinco ou seis famílias, que eu fiquei sabendo, chegaram às casas com Polícia Federal, Polícia Militar, armados. Eu vi a eles na estrada. Eles estavam parados numa estradinha. Daí eu disse: *“Estão fazendo esse levantamento. Aqui nunca foi área indígena! Aqui tem gente de 100 anos que conhece aqui. Nunca teve índio aqui”*. Disseram os caras pra mim assim: *“Nós soubemos que não é indígena, só que nós somos obrigados a fazer”*. Foi isso que eles me responderam.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quem que falou?

**O SR. HÉLIO POLAN** - Os caras que estavam fazendo...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra coisa, Sr. Nelson. O senhor é um professor. Já disse que tem ambos os filhos com doutorado na Alemanha, enfim. O senhor tem condições de fazer uma avaliação um pouco mais científica sobre o laudo antropológico. Esse laudo antropológico levou em conta os documentos históricos da imigração, os documentos históricos em posse dos agricultores e os documentos históricos do arquivo histórico do Estado?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eu não os ouvi mencionar essa questão em momento algum. E também não tenho conhecimento de eles buscarem essas informações. Nós até temos um professor, que é meu colega de trabalho em Getúlio Vargas, que é Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Ele nunca foi consultado sobre isso aí. Pelo menos uma pessoa que ocupa esse cargo deveria ser consultada, se fosse um trabalho científico verdadeiro. Então, nunca foi feito isso aí.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem notícia de onde era esse grupo indígena que passou por ali na década de 20, de onde eles eram?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não sei. O pessoal não...

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Eu também sou professor de história, Dr. Rodinei. Esses índios que passaram em 29 pelos... Eu pude acompanhar um pouco o trabalho do Henrique, na época, como membro da comissão indígena que acompanhava o laudo do Mato Preto. O registro que se levantou é que esses indígenas que passaram em 29 por esse polígono que o professor Nelson comentou teriam vindo também do Votouro, também motivados, porque estavam próximos a uma área caingangue. E, por serem de origem guarani, os cainganges, por rivalidades históricas entre as duas tribos, estavam não mais fornecendo comida a eles nem sementes e instrumentos de trabalho. E, na época, ficaram sabendo que, aqui no Município de Getúlio Vargas, no Distrito de Erebangó, no toldo indígena do Ventarra, que era também um toldo caingangue, e que hoje foi devolvido, como foi bem colocado pelo Prof. Nelson, existia um amigo dos índios que se chamava Marengo e que ele era uma pessoa muito sensível às questões indígenas. Eles, então, orientados, vieram a pé de Votouro até o toldo indígena caingangue. E esse Marengo, com medo também de que fossem esses índios maltratados pelos também cainganges aqui de Erebangó, acomodou-os nesse polígono que o Prof. Nelson comenta, por um determinado tempo, até que se resolvesse a questão do Votouro entre os guaranis e os cainganges. E de fato se resolveu. O professor falou daquela indicação de uma suposta área. Essa indicação se deu até naquela época para tentar resolver esse problema indígena. Mas, quando veio a comissão pra ver a real situação, aqui não encontraram mais nenhum índio guarani. E o Estado, então, na década de 30, loteou o polígono para os agricultores, que compraram e pagaram. Tanto é que, se nós formos ver as escrituras, todas elas são de depois do período de 1930, o que de fato procede. Mas vejam bem: inclusive, existe um pedido desse Marengo, e consta no laudo do Dr. Rodinei e do Aldomar, desculpem-me, do Dr. Henrique e do Prof. Kujawa... Há um pedido de autorização do Marengo para que esses guaranis ficassem em terras do Estado, em terras do Estado. Logicamente, então... Aqui gostaria de destacar o que fala o Prof. Nelson de





um laudo malfeito. Ora, se você tem uma autorização que consta no contra laudo — e é essa a informação que nós temos que consta no nosso contra laudo, na nossa pesquisa sobre essa questão do Mato Preto —, se existe um pedido de autorização ao Estado para acomodar os guaranis que saíram do Votouro, automaticamente não existe indício nenhum de que essa área de fato seja de origem indígena. Então, nós levamos por surpresa o porquê da insistência da FUNAI em declarar essa área como indígena, se de fato nunca foi. Então, eu só gostaria de contribuir um pouco nesta discussão, até pra esclarecer de onde é que vieram esses indígenas, em 29, aqui, nessa região de Erebangó, até porque, historicamente, nós sabemos. Isto eu afirmo com propriedade: nunca houve uma boa relação entre caingangues e guaranis. Historicamente, isso é comprovado, até porque os caingangues, que teriam a sua origem no norte do Paraná, eram justamente os índios que acompanhavam os bandeirantes no aprisionamento dos guaranis nas regiões das missões. Então, nunca houve uma relação harmoniosa.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quantas famílias de agricultores há dentro da área? Não sei quem pode responder. Quantas famílias de agricultores há dentro da área reivindicada?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Foi feito assim mais ou menos porque tem muita gente que tem propriedade ainda, vive ainda dessa propriedade, mas optou por morar na cidade, até para de repente facilitar o estudo dos filhos, porque as escolas no interior agora estão em menor quantidade. Mas dá em torno de, eu acho, 350.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São quantas pessoas envolvidas?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Umas 1.200 pessoas mais ou menos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mil e duzentas. O.k.

Quantos indígenas guaranis foram para ali, para o Mato Preto?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eles falaram em 11 famílias. Isso daria 67 índios, parece. Mas não tinha 11 famílias. Pelo tamanho da aldeia e pelo movimento que tinha na aldeia, deveria ter... Olha, eu não sei se tinha 30 índios aí.





**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Nós temos um levantamento, através da Prefeitura. E nós tínhamos, até o ano de 2000... Nós estamos em 2016. Em 2014, nós tínhamos em torno de 26 indígenas na comunidade ali implantada, que eles chamam de Mato Preto — 26 indígenas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Todos os indígenas são guaranis ou havia alguém de fora que não era guarani ali?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - As informações, doutor, eram que todos seriam guaranis, mas nós sabemos, inclusive, até que teria um xavante, de fora, que estaria ali para cuidar dos índios, tanto é que — eu até gostaria de aproveitar a oportunidade para colocar que, quando das audiências que ali foram feitas com os agricultores, preocupados, a comissão com os agricultores, preocupados com essa tentativa de resolver o problema indígena, e nós até tivemos uma comissão, depois a Marines pode falar, o Olímpio também está aqui, eles fizeram esse contato com eles — foi procurado e conversado para tentar resolver, agricultores procuraram, para tentar resolver a situação, juntamente com os guaranis. E os próprios guaranis confessaram aos agricultores que não poderiam mais continuar conversando com os agricultores, pois estavam sofrendo duras penas e punições do próprio CIMI, que iria cortar até o amparo jurídico deles, que eles possuíam, porque eles estavam conversando com os brancos, na tentativa de resolver esse impasse que se criou em torno deles, e teriam colocado um índio de fora para cuidar do que eles estavam fazendo aí.

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Eu sou Marines Rosa Ronsoni. Especificamente sobre esse caso, foi um momento em que eu atuei bastante, assim. Até foi uma sugestão minha, naquela reunião, que nós visitássemos os índios. E tudo vinha a partir de uma proposta que nós faríamos de uma área disponível, à venda, enfim, caso o Governo quisesse comprar e assentar os índios, de vez que estava vindo, por parte deles, uma proposta nesse sentido. Então, nós trabalhamos no sentido de disponibilizar uma área, oferecer uma área que estivesse à venda, enfim. E, naquele momento, eu disse: *“Olha, seria interessante nós conversarmos com os indígenas, porque, a partir daí, havendo um consenso, nós podemos agilizar esse trabalho”*. Convidei mais algumas pessoas, que foram comigo — uma delas foi o Olímpio, que está aqui. E, naquele momento, o cacique, que é o Joel, não estava.





Quem nos recebeu foi o vice-cacique, com os demais indígenas. E, sim, tinha a presença de um índio chamado Merongue, da Bahia, que, assim, não gostava muito de deixar os demais falarem. Eu, pessoalmente, tive um diálogo muito bom com esse vice-cacique. Eles foram muito receptivos a nós. Nós expusemos, assim, a intenção de um consenso. Perguntamos se eles aceitariam outra área próxima, se o Governo comprasse e aceitasse, e eles se mostraram, assim, muito receptivos, de um bom diálogo, enfim. Mas esse outro índio, o Merongue, que era um índio de fora, sim, ele procurava não deixar falar. Em alguns momentos, ele disse: *“Olha, isso que nós estamos reivindicando, isso não é nada, porque vocês usurparam essas terras todas, o Brasil inteiro, dos nossos antepassados. E o Brasil inteiro é nosso. Então, vocês todos têm que ir embora do Brasil, porque o Brasil é dos índios”*. Aí já é uma conversa mais acirrada, sem muito diálogo. E a gente foi, assim, conduzindo, para que se pudesse seguir com o diálogo adiante, enfim, encontrando a melhor forma. Isso que o Mauricio falou ele me disse também. Ele disse: *“Olha, depois que nós aceitamos reduzir a área que já seria para esse possível acordo, de 600 e poucos hectares, nós sofremos diversas sanções. Assim, por exemplo: o CIMI já não nos ajuda mais”*. E disse que eles tinham dificuldade nesses diálogos conosco por causa dessas pressões que vinham. Então, isso foi algo de que eu participei. Enfim, pode ser que tenha alguma coisa agora que, neste momento, eu não lembre, mas foi nesse sentido, assim, que ocorreu.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Professora, a respeito desse Merongue, o que a senhora pode dizer mais dele? De onde ele surgiu? Quem o trouxe para cá? Quanto tempo ele ficou?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Eu não sei precisar quanto tempo ele ficou. O que eu consegui saber dele naquele momento é que ele estava ali há algum tempo, que ele veio para acompanhar o processo, que ele fazia artesanatos, inclusive saiu... Visitou escolas da região, apresentou esse trabalho de artesanato na escola da região. Isso eu sei, porque eu acompanhei através de jornais. O que, assim, além disso, eu consegui saber foi que ele teria viajado muito. Ele citou que ele foi, por exemplo, a Berlim, que conhecia situações indígenas do mundo inteiro. Assim, ele se mostrou uma pessoa muito viajada, intransigente na questão de reivindicar as terras: *“Sim, nós queremos. É nossa. Não há diálogo. Não tem*







*legislação diferente*". Inclusive, assim, em alguns momentos, ele nos falava em tom de ameaça, assim, porque ele dizia: *"Aqui nós estamos dialogando pacificamente, mas não é assim em todo lugar, não, porque lá pra cima nós tirávamos vocês a chumbo, nós tirávamos vocês à bala"*. Então, nesse tom, assim... Não que isso, assim, tenha-me... A gente foi conduzindo a conversa e tal, mas acirrou bem — bastante — nesse sentido, assim. É o que eu lembro que eu consegui saber dele.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Pela conversa, havia duas pessoas — não sei se ao mesmo tempo, em momentos diferentes — estranhas a essa comunidade guarani. Há a presença da antropóloga e a presença do Merongue.

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Naquele momento, não havia a antropóloga. Havia apenas o Merongue.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ela surgiu antes ou depois?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Antes já, antes. Naquele momento, não. Isso é uma discussão até recente pelo processo, porque o processo vem desde o ano de 2003, e isso foi agora em 2013, 2014. É, 2014. Então, é uma conversa recente no processo todo. Como eu expliquei, foi a partir desse momento que veio essa proposta de uma possível redução de área, de um acerto, enfim. Então é uma conversa bem recente.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, o Merongue vem depois da antropóloga?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Depois.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É mais recente?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Se ele esteve lá antes, eu não sei dizer. Eu estou relatando por essa ocasião, por esse fato de que eu estive lá e encontrei essa pessoa estranha, que a gente não esperava. E também nem com o diálogo, que ele veio...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - O que nos pareceu, sim. Até porque ele procurava não deixar a gente conversar com eles. Eu fui me aproximando dos demais, das formas mais variadas, para tentar um diálogo. Quando outra pessoa





conversava com ele, então eu aproveitava o momento para conversar com o vice-cacique, dessa forma...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - A senhora participou também das outras reuniões onde havia, pelo contrário, uma pressão para que vocês fizessem acordo?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Sim, com certeza. Claro que sim. Por exemplo, quando aconteceu aquela reunião no Ministério Público Federal, aqui em Erechim, que o Roberto relatou, anteriormente... Porque eu venho no auxílio da defesa dos agricultores há um tempo. Então, a primeira pessoa que eles procuraram a partir dessa reunião foi a mim, porque eu não pude estar presente, eu tenho o meu trabalho, enfim, e nem sempre eu posso acompanhar. Então, a primeira pessoa que eles procuraram foi a mim, para saber qual era o meu ponto de vista, a minha opinião a respeito disso. O meu posicionamento foi de que nós deveríamos acreditar na Justiça, lutar até o fim. Era isso o que a gente estava pautando em todos os momentos, em todos os movimentos que fizemos, e que nós continuaríamos, sim, até o fim. Esse era o meu ponto de vista. Mas depois a gente se reuniu com a comissão e tudo o mais, e as pessoas vieram naquilo que eu havia sugerido. Bem, passados alguns dias, a gente percebeu que estava havendo movimentações silenciosas. Algo, assim, que nos chamou muito a atenção. Eu, particularmente, assim, de cara, percebi que era alguma coisa já proposital no sentido dessa ideia de forçar o acordo. Foi o seguinte: algumas pessoas fizeram um convite direcionado e individual a uma pessoa que era um líder dentro do nosso movimento. Era um agricultor muito batalhador, uma pessoa que sempre estava presente, que não se negava a qualquer trabalho dentro do nosso movimento, que está aqui presente, que é o Olímpio. Eu estranhei demais aquele convite para ir a Brasília falar com o Ministro José Cardozo, porque esse convite deveria vir para todos, pra que a comissão — nós tínhamos uma comissão constituída, e tal — decidisse, ou algo assim. Não foi específico. Voltando dali, o que aconteceu? Convocaram uma reunião no Mato Preto. Eu não fui convidada para essa reunião. Os agricultores, apavorados, me ligaram: *“Mari, olha, tem uma reunião no Mato Preto, assim assado Por favor, venha!”* Eu soube disso, acho que foi à tarde, e eu fui pra lá. Vejam a estratégia desse ato específico. Aí aconteceu a reunião em Brasília. Lá, nessa





reunião do Mato Preto, eles chamaram o Olímpio, agricultor, representante de todos os movimentos do trabalhador, e lhe perguntaram: *“Olímpio, conta pra nós o que é que o Ministro disse pra você lá em Brasília.”* E eu nunca vou me esquecer do teu rosto, Olímpio, quase chorando. Ele disse: *“Não. O Ministro da Justiça disse que ou nós aceitamos o acordo, ou ele dá um canetaço. Ele vai demarcar.”* Era uma cara de pavor, assim, em todo mundo, e eu pensando *“o que é que eu vou fazer agora?”*.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E qual era o acordo?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - O acordo era de aceitar que nós reduzíssemos a área para seiscentos e alguns hectares — que eu não lembro seiscentos e quantos, exatamente —, e de que eles seriam pagos. Aí, até, eu questionei: *“Mas e vocês têm dinheiro para pagar isso?”* *“Sim, nós temos de sobra, o Governo tem dinheiro”*. E eu questionei: *“Por que não acertam o caso de Serrinha, tatatá, tatatá, que tem tantos”...* *“Não, mas para esse caso o Governo tem dinheiro. Dinheiro é o que não falta”*. E, inclusive, falavam em valores muito acima do que é o valor de mercado aqui. Bem, continuando, nesse dia... Aí o Rui Valença, que foi citado aqui, antes, ele tomou a palavra e disse: *“Eu sei que as terras são de vocês, eu sei que vocês estão no direito de vocês, mas é assim: ou vocês aceitam o acordo ou o Ministro disse que vai demarcar”*. Na mesma linha, falou o Scariot e tudo o mais: *“Vocês estão aqui, o Olímpio falou pra vocês. O Olímpio ouviu o que o Ministro disse, ele vai dar um canetaço, ele vai demarcar”*. Então, pra vocês entenderem um pouquinho da nossa história, o caso do Mato Preto é bem emblemático, e eu acho que serviu de exemplo como luta em todo o País, porque o Mato Preto, o povo do Mato Preto foi o primeiro a lutar pela defesa das suas terras. Nós fomos os primeiros a trancar BR, por exemplo, enfim, a lutar de verdade, nos fazer mostrar para o Brasil, tanto que fomos notícia na *Veja*, enfim. Daí acabamos inspirando também outras pessoas. Bem, com isso, dentro desse contexto dessa reunião e tal, o que, então, aconteceria? Nesse momento, o que eu percebi, claramente, foi que eles conseguiam colocar os agricultores uns contra os outros. Em primeiro lugar, porque eles levaram uma lista de quem demarcaria e quem não demarcaria. Lá tinha isso mapeado. O que aconteceu? Isso quebraria o grupo, quebraria uma luta, nós nos tornaríamos muito mais fracos. Por que o que acontece? Por exemplo: *“A terra dele fica de fora? Ah, então eu vou torcer pra que eles aceitem, porque eu já estou fora*





*do pepino*". Ou aqueles que estão dentro da área, aí se dividiam em grupos: alguns que queriam o acerto — porque o valor cogitado era exorbitantemente bom — e outros que não, que não queriam, porque entendiam que o processo continuaria da mesma forma. E eu até me posicionei nesse sentido trocando ideias com os advogados da nossa causa, enfim. E eu lembro que eu perguntei para o Rui Valença: *"Rui, eu me criei — me criei — vendo movimentos de partidos que se assemelham às suas causas. E eu sempre vejo as bandeiras da SUTRAF, vocês lutando em movimento aqui e ali"*. Eu disse: *"Nessa causa..."* E eu lembro que eu disse: *"Eu me criei vendo vocês largando porcos para cagarem dentro de bancos e tacando fogo em trilhadeiras em praça pública, com o que eu não concordo. Mas, neste movimento aqui, que é um movimento justo, legítimo, tu acha que a gente deve continuar lutando ou não?"* E ele disse: *"Eu prefiro não opinar"*. Aí quando... Aí o pessoal... Houve controvérsias, né. O pessoal começou um contra o outro, bem como eu imaginei que ia acontecer, e tal. E eu lembro como se fosse hoje. Ele disse assim: *"Não, e se nós continuarmos no movimento, nós vamos ter que quebrar uns vidros, nós vamos ter que jogar umas pedradas em janelas, e tal"*. O nosso movimento nunca foi disso. Nós... E ali eu vi, intrínseca, uma proposta de desmoralizar o movimento, porque o nosso movimento sempre foi de gente trabalhadora, de gente ordeira lutando por uma causa justa. E a gente não queria quebrar a janela de ninguém, a gente só queria mostrar a nossa causa pro mundo, que nos vissem como seres humanos e que estávamos lutando por uma causa justa. Nós queríamos mostrar pro Brasil o que estava acontecendo e que tivéssemos apoio, mas sempre dentro de uma forma ordeira, de uma forma justa, enfim. Então, eu acho que aquele foi um momento culminante. Claro que aquela noite, obviamente, acho que foi a noite mais longa da minha vida pra eu tentar pensar uma forma de, até no máximo no outro dia de manhã, poder unir todo mundo de novo, poder não perder a força da luta e esclarecer pras pessoas sobre aquele processo jurídico que tramitava, sobre toda aquela legalidade que havia, que não era simplesmente alguém chegar e dizer tudo isso, e essas segundas intenções. Então, sim, a gente viu isso. Acho que o Mauricio quer falar.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Eu quero só... A continuação daquela audiência que nós tivemos com os agricultores, no relato da proposta do Ministro da Justiça,





estava também presente o nosso Prefeito Prezzotto, que estava tocado pela situação que os agricultores... Criou-se em torno disso... Na época, o Prefeito formalizou ao Procurador da República, Sr. Rodrigo Janot, uma intenção de auxiliar na solução dos problemas, encontrando áreas próximas à área então pretendida pelos guaranis, para que pudesse ser comprada pelo próprio, já que o Ministério teria afirmado que existia recurso para a aquisição de área. O Prefeito se colocou, enviou um ofício — até tenho uma cópia do ofício assinado pelo Prefeito, se vocês quiserem anexar nesta, tem duas vias aí — colocando que existiam áreas fora dos perímetros que eles entendiam como Mato Preto, mas existiam pessoas interessadas em vender. Tínhamos na época algumas áreas e as pessoas teriam sinalizado: “*Olha, se for preço de mercado, existe um clamor em demarcar essas áreas para esses índios*” — que diziam estar passando fome e frio. Existia o interesse de pessoas que venderiam. Mas, infelizmente — infelizmente —, apesar de haver o desejo de redução daquela área de 4 mil para 600, infelizmente, o próprio Prefeito recebeu uma resposta do Procurador da República, o Sr. Rodrigo Janot, dizendo que não, que não existia essa possibilidade e que se houvesse área para ser comprada, teria que ser dentro desses limites demarcados pela própria FUNAI. E aí acabou, infelizmente, trancando todo e qualquer avanço. Isso é importante mencionar porque o poder público municipal demonstrou interesse também em ir ao encontro dos anseios dos indígenas, embora — aqui é importante o registro — os índios guaranis que estão acampados próximos à RS e agora estão numa área que foi comprada para eles pela PROSUL, que é uma empresa que acabou construindo aí a rede elétrica —, eles não estejam no território de Getúlio Vargas. Eles estão numa área pertencente ao Município de Erebango. Mas, no entanto, mesmo assim, o Município não quis dar as costas aos agricultores e também aos indígenas. E tentamos, então, agir dessa forma, para tentar resolver o problema. E, infelizmente, foi mais uma tentativa fracassada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Você falou que foi comprada pela PROSUL.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Pode detalhar isso?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*







**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Ah, sim. Depois eu acho que é importante tu colocares sobre isso também. Na verdade, o que aconteceu? Nós, desde o início, fomos pressionados, e também como agricultor que sou — a minha área está dentro da área indígena, então, minha família passa por todo esse transtorno que é essa questão da demarcação: é terra indígena, não é... Mas o que aconteceu? Foi construída uma rede elétrica que cortou diversos Municípios, e entre esses Municípios o Município de Getúlio Vargas. Pelas informações que nós levantamos, a empresa que é responsável pela geração de energia, que é do Governo Federal, eu acho que é ELETROBRAS, não é? ELETROBRAS ou ELETRO...

**(Não identificado)** - ELETROBRAS.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - ELETROBRAS. Teria feito edital para a construção dessa rede. Uma empresa, que se chama TSB, teria ganhado a concessão da construção. E essa empresa TSB teria repartido o contrato em duas partes, vamos dizer: uma parte ficaria com a responsabilidade de fazer a proteção, a recuperação ambiental e social, o impacto da construção dessa rede elétrica; e a SIME, que é uma empresa de engenharia — não é o CIMI, não é o Conselho Missionário, é a SIME, é a empresa de engenharia —, ficaria responsável pela construção da rede. E ficaram durante um longo período acampados aqui em Erechim para a construção da rede. E, concluída a rede, a PROSUL ficou responsável pelas indenizações. Era ela que chamava os agricultores: *“Ó, na tua área pegou a torre, então, tu tens direito a tantos reais, por metro quadrado. Na tua pegou um cabo, tu vais receber tanto. Na tua só passou os fios, tu vais receber tanto”*. Então, ela ficou responsável por isso. E eu me lembro que na época eu falei com um dos gerentes da PROSUL, o nome dele é Rodrigo, e questionava ele, porque nós, através do Município, descobrimos que existia o interesse dessa PROSUL em adquirir uma área de 2 ou 3 hectares para acomodar esses índios. E eu até liguei para esse Rodrigo, e disse: *“Rodrigo, olha, nós ficamos sabendo... Aqui é Mauricio, Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas, sou Vice-Prefeito, gostaria de saber o quê está acontecendo.”* E aí ele me respondeu o seguinte: *“Olha, eu acabei tendo justamente uma provocação do Ministério Público Federal para que, diante dos recursos que seriam destinados para resolver o impacto social da construção da área, nós deveríamos destinar esses recursos para a aquisição de uma área de*







terra, de 3 hectares, por aí, que tem uma família interessada em vender, para acomodar esses índios. E essa provocação parte do Ministério Público Federal, do então Procurador da República, o Gralha.” E, de fato, ele me disse assim: “Olha, e vou confessar a vocês que para a nossa empresa é muito mais fácil adquirir essa área, e aí acomodar os indígenas, do que ter que fazer todo um trabalho, comunidade por comunidade, no Município de Getúlio Vargas, onde nós teríamos que ver, levantar quais são as deficiências, quais são as necessidades dos agricultores familiares, e ali desenvolver projetos a eles.” Então, ele disse assim: “Olha, não quero aqui tomar parte nenhuma, mas a empresa se reuniu e nós vamos acatar o pedido do Ministério Público Federal de Erechim.” E assim fizeram. Se eu não me engano...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o tamanho da área?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Se eu não me engano, são 3 hectares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - É o que está na beira da rodovia ali.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Está na beira. E agora nós passamos lá, a gente vê, estão construindo casa, campo, tem toda uma estrutura criada para eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Ali vão estar os guaranis, que estão...

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Ali, exatamente, os guaranis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - *(ininteligível)* Certamente não dá mais de 20 casas.

**(Não identificado)** - Cinco, seis casas.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Comprou em nome de quem essa área?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Em nome da Associação Guarani. É, eles, os...  
*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Exatamente, exatamente.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Foram os próprios índios que criaram a associação?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Sim. Eles criaram uma associação e eles mesmos administram toda essa...





**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eles ou alguém por eles?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Nós não temos essa informação. Mas, na verdade, a associação existe, tem CNPJ, está registrada, e estaria sob o comando de uma mulher. Maria, é o nome da mulher. Eu agora não, não tenho...

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Ela é indígena?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Acredito que sim. Pelo nome, acredito que seja indígena.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pergunto: qual é o valor que foi pago por essa área? O senhor considera um valor correto, pelo mercado local?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Olha, pelas informações que chegaram até nós, e, claro, nós não tivemos assim, um acesso direto, mas pelo que nos falaram girou na casa aí dos 200 mil hectares, doutor.

**(Não identificado)** - Por hectare.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Por hectare. Alguns, mas, em torno... Foi pago nessa área aí em torno de 400 a 600 mil reais. Nós não temos...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Quatrocentos e trinta mil.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E qual seria o valor?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Olha, a terra valorizou muito. Com o preço da soja, com o agronegócio em conta aí, o Brasil tendo essa vocação agrícola que tem, hoje nós temos áreas de terra no nosso Município que estão em torno de 60 a 80 mil reais o hectare. Então, de fato, a terra valorizou. Mas o preço que foi pago... Se fosse 300 mil, se fossem pagos 100 mil reais o hectare, o preço é um preço que não existe hoje no mercado.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quem era o dono da área?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - A família... O sobrenome da família é Pereira.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*





**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Era uma família. Na verdade, tem um histórico ali, os...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Eram herdeiros, que venderam.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - O Sr. João Pereira faleceu, e os herdeiros, daí, acabaram vendendo a área.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O senhor sabe se o Ministério Público Federal obrigou ou impediu a PROSUL comprar essa área?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Pelo relato que eu acabei tendo com o Rodrigo, ele disse que o Ministério Público exigiu a compra, exigiu a compra da área. Foi a informação que eles nos passaram.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - A gente viu essa área ali na beira da rodovia, que o senhor falou que é a mesma, parece até casas novas, mas parece que não tem lugar para plantar. O senhor vê de que eles sobrevivem, como construíram essas casas?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Os recursos teriam vindo justamente da FUNAI. Existem alguns convênios até mesmo com o Governo do Estado, a própria EMATER está dando assessoria, a SDR está dando assessoria a esses indígenas, e vem recurso do Governo Federal para aquisição, para a compra de comida, alimentos e tudo o mais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Faz muito tempo que nós não... Um relato aqui foi feito de que o CIMI teria meio que deixado de lado. Faz muito tempo que não se vê ninguém do CIMI, do Conselho Indigenista Missionário, visitando os guaranis. Era constante a presença do Conselho nessa região, mas faz muito tempo que nós não a percebemos. Claro que também não estamos ali a todo o momento, mas faz tempo que não se vê mais a presença deles.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Diga, Prof. Nelson.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Há uma pequena fraude ali que eu... O cacique, por exemplo, está fichado como professor de uma escola indígena





que está só no papel aqui. É a Escola Vicente Okêndá. Se entrar num *site* das escolas federais, ela consta ali, só que essa escola não existe. O cacique está fichado como professor da Escola Irineu Evangelista de Souza, de Erebangó. Ele vai lá duas vezes por ano assinar o ponto, mas ele não trabalha. Não sei se sabe ler e escrever. Os professores lá ficaram indignados com essa questão, os professores que trabalham nessa escola, porque os índios até estudam lá.

**(Não identificado)** - Escola federal?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Estadual, estadual. E a responsável pelas escolas indígenas aqui de Erechim ameaçou essas professoras: *“Se vocês não querem perder o emprego, deixem o cacique do jeito que está”*.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Como é o nome do cacique?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É Joel. É dos guaranis.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Tem um sobrenome?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - O sobrenome eu não sei. É Joel. Eu tenho aqui a entrevista que ele deu na *Veja* que, de repente, tem o nome dele. Esse cacique está fichado como professor. Ele ganhava, inclusive, auxílio-transporte, e ele ia duas vezes por ano assinar o ponto.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Onde é essa escola?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - É escola de Erebangó, Irineu Evangelista de Souza, Escola Estadual Irineu Evangelista de Souza. Isso eu acho uma fraude.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - É estadual?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - A esposa dele trabalha como merendeira, mas parece que aquela até ia trabalhar lá em Erebangó, na Escola Irineu. Eles fazem merenda separada, para os índios fazem uma merenda, para os brancos fazem outra. E daí os brancos ficam de butuca na merenda dos índios, e os índios ficam de butuca na merenda dos brancos, porque é merenda diferente.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tenho uma pergunta para o Mauricio. Mauricio, essa aquisição foi feita possivelmente numa medida de compensação, não é? Essa rede elétrica que foi feita passa sobre a área dos índios, ou perto, ou alguma coisa, ou ela teve algum impacto sobre essa comunidade guarani?





**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Não, doutor. Se nós pegarmos essa área, dentro do mapa montado dos seis mil e tantos, dos quatro mil e poucos hectares, talvez até passe encostada.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não passa na área indígena?

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Não. Mas eu estou dizendo que passa até encostada, porque está fora dessa área essa linha elétrica. Ela não passa, em momento algum, doutor, sobre a área indígena — a suposta área indígena Mato Preto — nem dos 223, nem dos 600, nem dos 4 mil. Dos 4 mil, talvez, ela estaria aí a uns 10...

**(Não identificado)** - É 1 quilômetro.

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Hã?

**(Não identificado)** - É 1 quilômetro de *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - É isso aí. De uma ponta, né? Então, ela estaria até mesmo fora da área.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E esses recursos que foram destinados ali — o senhor, como Vice-Prefeito —, eles teriam aplicação para ações sociais dentro do...

**O SR. MAURICIO SOLIGO** - Com certeza. Nós temos uma média, dentro do Município, uma média de propriedade em torno dos 12 hectares, doutor. As nossas famílias, a grande característica dessas famílias de pequenos agricultores, de 95% de todos eles, é a estrutura familiar voltada ao gado de leite. Haveria muito trabalho para fazer. Inclusive, nós até temos um programa no nosso Município, que é a Associação Agrícola. O jovem está saindo, o Deputado Alceu está aqui e sabe muito bem do problema que os jovens enfrentam no campo. Nós poderíamos fazer um maravilhoso trabalho em torno da sucessão agrícola, em que o jovem se sinta valorizado e veja que a atividade na terra é uma atividade que, além de carregar sua própria história, é o sustento da sua família. Então, haveria muita coisa a se fazer. Infelizmente, isso acabou, e justamente por uma ação do próprio Ministério Público, tendo a sua finalidade desviada.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - A questão é que, quando eu citei o Presidente da FETRAF-Sul, o Rui Valença, quando eu fiz a primeira reunião lá na





comunidade, ele estava presente, ele não falou uma palavra, ele não assinou a ata e, depois, ele me disse que eu estava completamente errado, porque eu estava querendo radicalizar a coisa, que nós não íamos aceitar essa demarcação, que tínhamos que negociar e que os índios iam bater de facão na porta da minha casa. Ele tentou até me intimidar nessa questão. Depois, a gente percebeu que ele não apoiava o movimento. Depois, ele viajou para a Bélgica, para a França, para... Não sei com que recursos, né?

**(Não identificado)** - Quem é esse?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Esse é o Presidente da FETRAF-Sul. Foi fazer intercâmbio de conhecimento agrícola lá.

**(Não identificado)** - Como é o nome dele?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Rui Alberto Valença. E, depois, há as questões, como foi colocado, sobre o terrorismo que ele fazia ali, jogando... Nessa questão, eu até liguei para a RBS uma época, porque a RBS noticiava todos os dias que a FUNAI concordou em reduzir a área, os índios também, e que a FUNAI ia demarcar a terra. Daí eu liguei para a RBS e disse: *“Mas o agricultor que é proprietário onde é que fica? Por que vocês noticiam isso? Cada vez que vocês noticiam isso, o pessoal não dorme de noite”*. Daí, eu disse: *“Nós temos uma assessoria jurídica, nós temos os nossos advogados. Por que vocês não fazem uma entrevista com eles?”* Nunca mais saiu a notícia, mas também não saiu a entrevista com os nossos advogados. Então, são questões que eu achei que eram para assustar mesmo os agricultores, eram para botar medo nos agricultores. Mas, graças a Deus, a nossa comissão foi estruturada de tal forma que nós convivemos até com os inimigos na trincheira e nunca usamos da violência. Sempre administramos isso aí com segurança. É claro que nós tínhamos pessoas importantes que também nos auxiliavam.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma pergunta que eu queria fazer — fiquei curioso — é a respeito do seguinte. Vocês falaram que estavam unidos, para apoiar a demarcação, a administração municipal da época, o CIMI, o Ministério Público Federal, a FUNAI e a FETRAF-Sul. Mas a FETRAF não é para apoiar o pequeno agricultor familiar? Responda-me, por favor, o que fez a FETRAF em termos de apoio, quais as ações que ela fez para apoiar. Porque os







agricultores iam gastando seus recursos sem apoio nenhum. A FETRAF fez alguma coisa? Ela buscou vocês para esse apoio?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Marines, novamente. Na verdade, nós tínhamos que conviver com a presença deles em todos os momentos. E a gente acabou percebendo, com o tempo, que era muito mais como uma forma de espionagem, para saber dos nossos passos, das nossas atitudes, e também para se garantir politicamente. Mas — vamos dizer assim, popularmente —, na hora do vamos ver, a gente percebia outras atitudes, como essa de pôr o terror mesmo, de agir de forma que desmoralizasse e que também rompesse os elos dentro do movimento ali, que o enfraquecesse, enfim, nesse sentido. Agora, eles não chegaram e nos disseram assim: *“Olha, nós estamos aqui oferecendo um apoio, nós vamos pagar, por exemplo, parte do...”* Em todos os movimentos, nós gastávamos, por exemplo, em faixas e coisas assim. Nós não tivemos apoio nesse sentido. Não havia apoio nesse sentido. Se me permite voltar um pouquinho atrás na questão sobre se nós sofríamos pressões, houve algo que nos chamou muito a atenção. Passados alguns dias dessa reunião que eu cito, algumas pessoas começaram a receber ligações em casa. Só que, como foi falado aqui, agricultor sabe trabalhar. As pessoas tinham muita dúvida de quem era, e me ligavam: *“Mari, estão ligando lá em casa, estão me convidando para uma reunião para fazer o acordo”*. Mas não sabiam como me explicar muito claramente. Eles ligavam para algumas pessoas específicas. Não era algo para todas as pessoas, de forma igual. Um dia, eu sugeri a um agricultor que pegasse o número. Eu disse: *“Ligou para o celular do seu vizinho?”* *“Ligou.”* *“Então, você vá lá, por favor, pegue o número e ligue de volta. Informe-se sobre quem está ligando, vamos saber o que é.”* E ele fez — é chamado Jair Menegon esse agricultor. Depois, eu também pedi a outra agricultora para ratificar as informações. E esse telefone deu no Ministério da Justiça, em Brasília — eu não lembro o nome da pessoa neste momento, talvez alguns deles eu fosse lembrar; talvez até eu o tenha anotado em algum lugar, mas, neste momento, eu não lembro —, e convergindo nesse sentido de que aceitássemos. Tudo nessa pressão, pressão, pressão para que aceitássemos essa proposta agora, que vem no final desse período todo do processo, para que se aceitasse o acordo desses seiscentos e poucos hectares. Inclusive, o Jair Menegon disse que essa pessoa fala





muito. Eu concorri a Vereadora, nas últimas eleições, aqui em Erechim, fiquei suplente e assumo esporadicamente. Ele citou que eles queriam negociar, que queriam esse acordo e que eles não aceitavam intermédio de Vereadora que ficasse prejudicando, no sentido de que eles aceitassem esse acordo.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E esse acordo de 600 hectares pararia a demarcação ou continuaria o processo?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Eles diziam que pararia. E nós questionamos, por inúmeras vezes. Por exemplo, naquela noite: *“Como assim vai parar, se há um processo jurídico tramitando?”* *“Não, não! O processo para!”* E os nossos advogados não explicam isso. *“Não, mas nós vamos pagar, e o processo para.”*

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - A FETRAF nunca propôs a vocês contribuírem com a defesa? Nunca foi lá pedir dinheiro?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não teve uma senhora que fez o (*inaudível*) FETRAF pedir contribuição?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Ah, que eles pediram, sim. Isso aconteceu numa... A minha mãe é madrinha da filha dessa senhora. Eu fui acompanhar, então, os meus pais na visita a uma senhora muito pobre que mora nessa área. A todo lugar onde eu ia, era sempre a mesma coisa, aquele pedido de socorro, de clemência. E ela veio — eu, inclusive, tenho fotos —, mostrou a escritura, mostrou todo o processo, toda a vida dela. Eu conheço a vida de muita gente ali, e a dela não era diferente, de uma grande luta, uma família muito humilde mesmo. Ela, já viúva e tudo. Então, ela veio me mostrar as escrituras e tudo mais. Inclusive, ela me mostrou e disse: *“Olhe, isto aqui são recibos, porque eles pediam ajuda para a gente defender...”* No caso, esse pessoal do sindicato pedia um dinheiro para ajudar a defender os agricultores nessa questão.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Qual era o sindicato?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Era Sindicato dos Trabalhadores Rurais, eu acho. Eu não lembro agora. Está na foto. Eu tenho que olhar na fotografia. Mas, assim, eu não lembro.





**O SR. HÉLIO POLAN** - Isto aqui até é uma coisa legal. Eu acompanhei toda essa busca de dinheiro, de agricultor por agricultor. Não sei se eu fui à casa dela ou se ela foi... Havia bastante proprietário que ia fazer esse pagamento lá no sindicato. O sindicato, no início da coisa, estava junto e ainda não tinha como recolher esse dinheiro e dar recibo. Como eu vou dar recibo? Eles o davam lá no sindicato, que era um órgão em que nós confiávamos.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E o sindicato apoiou vocês?

**O SR. HÉLIO POLAN** - Naquela época, pelo menos nisto aqui, ele ajudou. Ele ajudou a fazer a cobrança. Agora, havia gente também que, depois, ia lá — sei lá se era do lado deles ou o quê —, e eles diziam que não era para pagar, que era para esperar mais um pouco. Daí, bastante gente não pagou.

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Nesse caso, ela me mostrou recibinhos parcelados, em várias parcelas. Algumas parcelas eles abriram mão de receber, devido à condição dela. Ela me disse que explicou que ela não tinha mesmo como pagar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu queria perguntar para alguém que saiba mais — para o Sr. Nelson ou para outro que saiba — o seguinte: no laudo antropológico, há uma alegação de que alguns indígenas guaranis que estiveram ali na região em 1929, por ali, permaneceram vivendo escondidos nas matas e permaneceram resistindo à desocupação. Isso é possível naquela região? Isso aconteceu?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não. Dá para falar de forma muito tranquila que não, porque ali eram todas pequenas propriedades. Inclusive, na época existiam mais moradores do que existem hoje. E onde eles iam ficar? Não havia mais mata ali. Alguma mata ou outra, mas jamais houve índio ali de forma clandestina, resistindo, de forma nenhuma. Eles saíram pacificamente. Acho que eles saíram a pé mesmo e voltaram lá para a reserva deles, onde eles tinham o conflito com os caingangues. E aqui ficou, o Governo loteou isso aí para os agricultores, e tudo de forma legal. Os agricultores compraram, pagaram. A questão das terras também, aquelas primeiras, dos imigrantes, todos os imigrantes pagaram as terras. Inclusive, eles trabalhavam para construir a estrada de ferro e, com o dinheiro, pagavam as terras. Eu tenho livros, vários livros. Eu tenho, e até entreguei





para os nossos advogados, para anexar no processo, livros sobre a colonização polonesa aqui. Então, tinha o valor da terra que eles pagavam e tudo, tinha a escola. Ali onde eu moro existia uma escola polonesa, uma escola bilíngue, porque tinha o Português e o Polonês. Havia uma no quilômetro 13 e uma no Rio Castilhos. E agora eles usaram essas áreas para... Em 1913 ou 1919, eu acho, havia essas escolas polonesas ali. Meu pai inclusive estudou nessa escola.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra coisa que alegam é que a área tem que ser tão ampla, de 4.200 hectares, para os indígenas poderem sobreviver como indígenas e caçarem antas e terem de novo, nas florestas, leões-baios e onças. Isso é possível nessa região?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Eu sou biólogo. A gente sabe que isso aqui é uma coisa totalmente impossível. Não tem... Esses animais aí precisam de florestas de grandes extensões para que eles possam sobreviver na natureza, a não ser que eles vão criar esses animais em cativeiro. De outra forma, não tem como criar esses animais, que são animais selvagens que precisam de uma área grande para poder... Depois, numa cadeia alimentar, eles vão se alimentar do quê? Vão se alimentar, vamos dizer... Uma anta vai se alimentar do quê? Talvez da plantação dos agricultores. Não existe essa possibilidade. Então, são coisas assim que eles colocaram. Eu achei muito triste uma pessoa se prestar a fazer esse tipo de laudo. Inclusive, eu falei para o pessoal da FUNAI que eles deviam escolher pessoas qualificadas para fazer esses laudos. Eu não sei se faltou qualificação profissional ou se faltou colocar a metodologia, um cunho científico em cima da pesquisa. Então, não dá para saber se foi incapacidade ou, talvez, uma coisa premeditada para forjar esse laudo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Vereadora Mari, agricultora da região, apresenta aqui um recibo do SUTRAF, da Sra. Nadislava Kowalski, no valor de 167 reais. Então, o SUTRAF cobrava esses valores para fazer a defesa dos agricultores. E o SUTRAF fez a defesa dos agricultores?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Então, como eu disse anteriormente, eu não tenho conhecimento de nenhuma ação efetiva nesse sentido. Não sei se alguém tem alguma coisa.





**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - O Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

**(Não identificado)** - Eles arrecadavam dinheiro?

**O SR. HÉLIO POLAN** - Quando nós começamos a fazer o contralauco, havia uma comissão que era mais antiga. Eu faço parte de *(ininteligível)* Então, por intermédio do SUTRAF, os agricultores iam lá e faziam o pagamento por lá. Vamos dizer que eles dessem lá tanto por hectare. Cada um pagou por hectare, para ser mais justo. Quem tinha mais pagava mais, quem tinha um pouco menos pagava menos. Mas os agricultores faziam o pagamento por intermédio do SUTRAF, quando foi para fazer o contralauco. Daí esse dinheiro entrou por lá, e o contralauco foi pago para as universidades que fizeram o contralauco, por intermédio lá, mas uma comissão acompanhou tudo, o movimento do dinheiro, quem pagou, quem não pagou.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Uma coisa que me chamou a atenção é que eles davam recibo como se fosse uma doação para o SUTRAF, esse dinheiro, esses valores com que a gente pagava o contralauco. Eu não sei se essa era a única forma que se tinha para fazer, até não vou questionar isso, mas...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu confesso que não estou entendendo. Num primeiro momento, o SUTRAF recebeu dinheiro para fazer a defesa dos agricultores e, depois, o SUTRAF estavam participando das reuniões, tentando fazer os agricultores acatarem o posicionamento do Governo Federal?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Desmobilizando, então? Ele tinha duas ações. Depois, ele começou a tentar desmobilizar os agricultores?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Sim.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Mas houve mudança de direção no sindicato?

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não, a gente percebeu que eles não agiam com a firmeza com que eles deveriam defender, porque, se eles estavam defendendo a agricultura familiar, ali só tinha agricultores da agricultura familiar. Só





que eu percebi, assim, que a questão foi política, ideológica, porque todos os membros do sindicato, do SUTRAF e da FETRAF, são ligados ao partido que está no poder hoje, que é o Partido dos Trabalhadores. Então, a gente percebeu que o Governo lá de cima queria demarcar a terra para os indígenas. E eles não queriam se opor ao Governo, que era do partido deles. Então, na verdade, ficou difícil para eles. Ficou difícil, eles estavam numa corda bamba. Só que a terra de nenhum deles estava sendo questionada, né?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Marines, novamente. Então, é como eu citei anteriormente, né? A gente tinha bem esse ponto de vista sobre eles, que nos acompanhavam — e a gente se sentia espionado, na verdade —, mas, na hora, do “vamos ver” não nos apoiavam. Sim, diziam-se apoiadores, mas, na hora da atitude mesmo, a gente não os via dessa forma. Por exemplo, algumas questões: no dia 7 de setembro de 2013, se eu não me engano, nós fizemos uma grande manifestação aqui no Município de Erechim. E, naquela ocasião, estava o Ivar Pavan. Ele estava ligado à Secretaria de Agricultura do Estado, e tudo o mais. E ele na defesa de que sim, ele dizia que os agricultores tinham direito, mas que ali havia um direito originário, que, então, precisava ser entendido. Então, tudo era dessa forma, sabe? Sim, nós estamos defendendo. Mas, em contrapartida, davam um tapinha de luva, no seguinte sentido: “*Não, mas vocês não têm esse direito na verdade, porque há isso, isso e isso*”. E isso causava um desespero muito grande entre os agricultores. Eu tive relatos de inúmeros deles, que nós fazíamos as reuniões, as audiências públicas, e tudo o mais, mas que, em seguida, eles recebiam visitas em casa de pessoas que diziam: “*Não lutem, porque não vai acontecer nada*”. Ou alguma coisa se opondo àquilo que nós tratávamos publicamente. A gente sofreu muito com isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu queria ouvir o Sr. Olímpio agora, para que nos narrasse as questões mais pessoais: o que isso causou às famílias, que tipo de problema vocês passaram, como foi a experiência de passarem por isso. Eu queria dos senhores, principalmente do Sr. Hélio e também da senhora, que nos contassem essa experiência pessoal de terem vivido esse tempo todo nessa situação.

**O SR. OLÍMPIO OTALOCOSKI** - Meu nome é Olímpio. Eu sou agricultor, sou atingido. Quanto a isso, a gente sofreu muito, porque a gente não tem uma certeza







do amanhã, não sabe se amanhã nós vamos poder ficar em nossas casas ou não. Então, isso traz um desespero ali. Ah, eu até quero contar que daí a gente começou a ir à luta, ir em busca das coisas. Mas, assim, para uma pessoa lá da roça fica difícil. Então, até eu quero contar sobre uma audiência pública, para depois contar outro acontecimento que tem sequência, tem continuidade. Então, nós fizemos uma audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann, em Brasília. Até o Deputado estava lá. Estava o Ministro da Justiça, o Cardozo. E aí ali foi relatado todo o acontecido e tal. E aí a própria Ministra disse para o Ministro Cardozo: *“Meu Deus, isso aí é um escândalo internacional!”* Aí ele disse: *“Eu acho que não li tudo”*. Aí nós voltamos com uma esperança: se ela acha que é um escândalo, eles vão dar um jeito, vão resolver. Só que foi passando o tempo ali e não aconteceu nada. Aí, depois, chegando a essa parte do acordo, eu fui convidado pelo Rui Valença, que é da FETRAF, para uma reunião em Brasília em que participaria o Ministro da Justiça; e os demais eu não tinha conhecimento. Então, assim, disseram que era para um acordo, mas aí eu digo que foram convidados dois agricultores. Um que foi convidado, eu sabia quem que era, e o outro... Eles me convidaram, e eu disse que eu iria, porque eu até pensei que vai outra pessoa e vai que aceita o acordo, porque é uma coisa que... Como é que dois agricultores vão decidir por trezentas e tantas famílias? É um absurdo. Então, chegando lá, na parte da manhã, era numa sala maior, tinham convidados de outras áreas pretendidas ali, Sananduva, Faxinalzinho; mas, daí, assim, o combinado foi para, de tarde, de cada região vão ser tratados individualmente os acordos ali. Daí, a primeira hora da tarde, ali seria o nosso. Daí, assim, depois chegamos a uma sala maior. Lá estavam o Ministro da Justiça, caciques eu não sei de quantas aldeias, pessoal de ONGs ali e nós dois agricultorezinhos sentados lá. Aí começaram. Daí, eu até sugeri, porque, na época, tinha área disponível ali, o Governo dizia que tinha dinheiro, que compraria outra área. Pergunto: então, por que não comprar outra área e não tirar os agricultores? Por que os agricultores têm as casas, as cercas, vamos dizer, as benfeitorias ali, foram construindo ao longo do tempo. Para os índios, não tem valor nenhum aquilo lá. Então, compraria outra área e assentava os índios. Daí, até eu falei para o Ministro da Justiça o seguinte: *“O senhor se lembra daquela reunião ali em que estava a Ministra da Justiça, ela mesma falou que é um escândalo, e o senhor está*





*dando continuidade a esse escândalo?” Ele bateu na mesa e disse: “Não, não tem acordo, eu demarco ainda hoje”. Daí, nós ficamos, eu não sei, nós, como agricultores, não sabemos o poder do Ministro da Justiça ali, se ele poderia fazer ou não, eu não sei. Então, assim, é esse tipo de coisa que a gente vem sofrendo ali.*

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor lembra a data dessa reunião?

**O SR. OLÍMPIO OTALOCOSKI** - Hoje eu não sei precisar, até com tempo, posso até, talvez eu conseguiria, porque teve passagem de avião e tal, de repente, até eu tenha alguma coisa ali que eu poderia...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor falou em ONGs presentes nessa reunião. O senhor consegue identificar essas ONGs?

**O SR. OLÍMPIO OTALOCOSKI** - Não, não, não sei assim precisar.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor acha que consegue perceber que o ambiente, tal como estava, era para constranger a aceitar o acordo?

**O SR. OLÍMPIO OTALOCOSKI** - Sim, sim, porque, imagine, dois agricultorezinhos ali no meio daquela turma ali, não... Então, acho que da minha parte...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Sr. Hélio tem alguma coisa a acrescentar? Por favor.

**O SR. HÉLIO POLAN** - Vou falar da situação em que nós ficamos ali. Essa região está ficando um asilo de velhos, porque gente nova dá para contar os que estão ficando com os pais, principalmente. Eu tinha um rapaz que trabalhava comigo, eu tinha uma lavourinha, tinha máquina, tudo, e foi embora. Eu disse: “*Vai me deixar sozinho aqui, vai sair, vai para a cidade?*” Ele disse: “*Mas, se nós perdermos a terra para os índios, o que eu vou fazer aqui, pai?*”. E o que eu ia dizer para ele? E assim é a situação que está aí, todos desesperados, e a juventude toda indo para a cidade. É feia a situação.

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Marines, de novo. É uma coisa que é importante, porque, quando o Olímpio fala de como aconteceu essa audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann e o Ministro José Cardoso, na verdade, ele assinou a portaria de demarcação dando a área de Mato Preto como sendo área indígena, em





setembro de 2012. Naquele momento, a gente precisava de uma ação emergente e urgente. Nós resolvemos trancar a RS-135, e aquilo já estava nos 40 quilômetros de congestionamento, aproximadamente. A nossa determinação era de que nós só sairíamos se nos recebêssemos em Brasília. E aí, sim, acabaram aceitando nos receber em Brasília. Em menos de uma semana, nós juntamos quase 19 mil assinaturas. O pessoal ali, todo mundo foi para a rua, pedindo apoio. E foi, a partir daí, então, foi com isso que eles foram a Brasília. Eu queria salientar, então, que, quando a Ministra Gleisi Hoffmann falou ao Ministro que isso seria um escândalo internacional, ele já havia assinado a portaria. E o questionamento que ficou para a gente, então, foi isso. Se ele leu e concordou ou se ele não leu e assinou. Uma das duas coisas. Então, eu só quis salientar, porque ele já havia assinado a portaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Na Comissão Parlamentar de Inquérito, uma coisa que a gente faz é tentar induzir a que qualquer testemunha faça qualquer tipo de posicionamento. Mas nós, como somos Parlamentares — e aqui vocês conhecem minha posição, sabem perfeitamente —, percebemos que, dentro do próprio Governo, há correntes distintas. E o Ministro da Justiça está na corrente do Gilberto Carvalho, antessala da Presidência da República.

Então, há um jogo de cinismo. Ele tem um ar professoral, ele é muito amável. Ele faz um discurso com palavras muito pausadas. Só eu e o Heinze tivemos mais de 20 audiências públicas com ele.

Quando você sai da sala, parece que está tudo resolvido. Ele tem um punhal guardado nas costas. Mal você sai, ele imediatamente muda de posição. Então, isso o que vocês estão falando de chamar, pressionar, é tudo organizado, tudo organizado. Vocês precisam perceber isso.

Eu diria, sem nenhuma convicção, que se resolve definitivamente amanhã, mas eu posso dizer o seguinte: o conflito antes, o crime de laboratório montado, era para fazer isso de tal maneira que os agricultores não tivessem tempo para reagir. Esta reação feita aqui foi de fundamental importância. Eu diria que hoje eles não têm mais ambiente para isso, porque no início nós sequer tínhamos cobertura na Justiça, não ganhávamos na Justiça. Nós Parlamentares não éramos recebidos pelo Ministério Público Federal. A situação era muito mais complicada.





Então, eu acho que tudo o que aconteceu, a prisão dos membros ali do Faxinalzinho, dos que mataram, tudo isso foi reduzindo o processo. Nós não estamos dizendo que vocês têm que ficar acomodados com isso. Eu diria que hoje o Mato Preto está numa situação muito melhor do que teve no passado, não tenham dúvida disso.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito, hoje, de cada dez pessoas que ouvimos, nove citam detalhes da falcatura, como ela acontece. Todos, todos, com detalhes disso. Mas os membros do Partido dos Trabalhadores que estão na Comissão defendem com unhas e dentes a demarcação. E o discurso é sempre o mesmo: a terra era dos índios. E não entendo até por que eles não devolvem o centro do Rio de Janeiro para os tamoios, porque também era a mesma situação.

Mas eu queria dizer para você o seguinte: o testemunho que nós estamos fazendo aqui agora é para montar essa peça de inquérito de tal maneira que ela possa contribuir para outra tomada de posição com relação a esse processo.

Então, é importante que as pessoas narrem com absoluta serenidade tudo o que aconteceu, para nós podermos montar na Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive, sugerindo uma nova política, porque nós não temos nada contra os índios. Se quiserem comprar terra para os índios, que bom, que comprem. Comprem a terra, paguem a terra. Na certa não precisam pagar 300 mil hectares, mas comprem a terra, paguem para os índios e deixem os agricultores em paz, que é o que nós queríamos fazer.

Então, eu queria dar esse testemunho, porque é muito importante o que vocês estão fazendo aqui. Mas também vão dar o testemunho de que lá na Câmara dos Deputados nós não vamos deixá-los sossegados um dia só. Todos os dias eles têm que responder com relação a isso.

Aqui estão os colegas, que são funcionários públicos ou da Câmara ou de fora da Câmara. Nós vamos construir um processo absolutamente sério. Não vamos fazer nada tendencioso. Todos os caciques, todas as autoridades indígenas que quiserem fazer depoimento, como vocês aqui, serão livres para fazer o depoimento, sem nenhum constrangimento. Não haverá nada armado para eles fazerem esse depoimento. Nós, certamente, vamos ouvi-los também. Já ouvimos e vamos ouvir mais ainda. Então, é preciso deixar claro isso.





O que vocês estão dizendo agora é a pura verdade do que vocês conhecem. Nós, claro, por convicção pessoal, sabemos que esse é um crime de laboratório, muito bem construído. E sabemos mais: a única coisa que não tem importância é o índio.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Não sei se algum de vocês leu o livro *Tribalismo Indigenista*. Nesses tempos, o Vice-Prefeito de Getúlio Vargas, o Sr. Natalício Botolli, foi a Brasília e trouxe esse livro. Ali há várias denúncias sobre essa questão da demarcação de terras. No livro, há depoimento de generais da reserva, e eles falam lá, por exemplo, na Amazônia, o que está acontecendo, que, onde há minério, foram demarcadas reservas. E o CIMI está atuando forte nesses locais e induzindo essa questão. Até posso trazer esse livro, eu o emprestei para um amigo meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Com as pessoas testemunhando e com o minério que tem lá.

**O SR. NELSON HENRIQUE ROGALSKI** - Então, eu li esse livro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós ouvimos, talvez, o autor do livro. Mas esse livro não é do Plínio? Mas a gente tem esse livro. Muito obrigado.

Não sei se os colegas de equipe têm alguma pergunta mais para fazer, se há alguma coisa que nós tenhamos anotado. Por mim, eu me dou por satisfeito pelo depoimento.

E passo a palavra, de imediato, para o Presidente da Comissão, para que conduza a Comissão Parlamentar de Inquérito como bem achar adequado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Bom, esses depoimentos de vocês, inclusive, pelas narrativas, geram consequências, porque há pessoas citadas que serão chamadas. Por exemplo, esse cidadão que estava, na opinião de vocês, vigilante, quando ele veio da Bahia, não está mais aqui, esse índio?

**A SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Não tem como saber, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Sim, mas os guaranis, que estão ali agora, vocês os conhecem. Essa pessoa está ali ainda com eles?

**A. SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Nós não temos como saber, porque nós não frequentamos. Nós fomos naquele momento específico para conversar com





eles. Então, eu acho que tem ser gravado. Nós não temos como saber, neste momento, se ele está ali ou não. Nós soubemos, naquele momento, especificamente, em função da visita que nós fizemos para eles.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Merongue, não é isso?

**A. SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Merongue.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - É, seria, para nós, importante esse testemunho, saber se ele está, porque ele, certamente, será chamado para depor.

**A. SRA. MARINES ROSA RONSONI** - Hum, hum. Mas eu não sei dizer, só sei daquele momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Bom, de resto, eu não sei se os outros colegas têm mais algum questionamento a ser feito. Nós só queríamos agradecer muito a todos vocês pela contribuição e deixar claro que vocês não estão sozinhos. Nós gostaríamos de dar uma solução definitiva, mas não a temos neste momento.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito já é a segunda vez que atinge mais de 250 assinaturas. Na Legislatura passada, nós já tínhamos conseguido as assinaturas. O Presidente da Câmara, na época, não teve coragem para implantar a CPI, porque os índios invadiam a Câmara dos Deputados, subiam nas mesas, quebravam portas. O Deputado Henrique Eduardo Alves não teve coragem para instalar a CPI, com medo dos índios.

O atual Presidente, com todas as críticas que nós podemos fazer, disse: "*Não, aqui eu tenho independência*". S.Exa. assinou, instalou a CPI, e, na primeira tentativa de invasão, não a permitiu, inclusive, chegou a usar a força e não permitiu a invasão e botou ordem na Casa.

Então, nós temos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai até maio. Nós vamos, certamente, pedir a sua prorrogação. Conheço testemunhos de alguns de vocês muito mais graves. Por exemplo, na semana passada, no Pará, tinha uma tropa do Exército, e as máquinas contratadas pela FUNAI destruindo as casas das pessoas. As pessoas têm a casa numa hora e, no minuto seguinte, não têm mais a casa, no meio da mata, distante. Então, não têm mais, não se tem mais nada, não







se tem onde morar, não tem mais coisa nenhuma. E lá estavam as pedras com minério de cobre. Então, existe perfeitamente isso.

É claro que a Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai fazer essas investigações no País inteiro, vai gerar resultado, inclusive, do ponto de vista de atemorização. Eles vão ficar mais calmos nesse processo.

Nós precisamos agradecer todos aqui — e vocês precisam saber disso, até para tornar público isso nos meios de comunicação —, e aqui estão os funcionários da Câmara, um Procurador do Estado, que é o Rodinei Candeia, o pessoal da Polícia Federal, que tem nos dado total garantia para estar no meio disso, a instituição pública, de modo geral, embora o Estado, principalmente quando ele se apresenta como FUNAI, quando ele se apresenta como INCRA, às vezes como Ministério Público, ele se apresenta como figura do Estado bandido, que quer tomar terras das pessoas da mão grande.

Há outra parte do Estado brasileiro que continua absolutamente firme, e é, certamente, por esse caminho que nós vamos acabar fazendo Justiça. Então, nós queríamos agradecer muito a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, encerro o presente depoimento da CPI, feito no dia 8 de março, em Erechim, no 5º andar, na sala da Procuradoria.

Obrigado a todos.

